Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
ANFIP
Reconhecimento às boas iniciativas . . . 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Em vitória do governo, Senado aprova ajuste fiscal . . . 5

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
13º salário: calculadora mostra quanto você vai receber, com descontos e novas regras do IR . . . 7

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Bet usava mortos como laranjas em transações bilionárias . . . 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Casa mantém restrição de uso de crédito tributário . . . 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Programa para ajustar erros na reforma será permanente, diz Receita . . . 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SEGURIDADE SOCIAL
Limbo previdenciário: empresa pode ser responsabilizada após alta do INSS . . . 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Idosos puxaram alta de eleitores que foram às urnas, diz TSE . . . 19

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL
A surpresa que os agentes da PF tiveram durante operação contra advogado amigo de Flávio Bolsonaro . . . 20

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Pacote fiscal passa no Senado: entenda os próximos passos antes de medida entrar em vigor . . . 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Cena externa não vai ajudar Brasil, diz UBS . . . 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA
Durigan nega que governo avalie mudar meta de inflação (poder) . . . 25

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Dólar abre nesta quinta-feira, com foco no pacote fiscal e na estreia da Anthropic em Wall Street . . . 26

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
É #FAKE que MP do imposto do pecado aumentará em 30% carga tributária sobre carros em 2027 29

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Contagem voto a voto, fator Alcolumbre e reuniões a portas fechadas: os bastidores da vitória do governo no ajuste fiscal 32

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Secretário vê "modus operandi" no setor 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Custo Brasil chega a R$ 3,5 tri ao ano, 27,5% do PIB, diz estudo 35

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Justiça suspende licitação do Senado para iPhones 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Brasileiro pode investir via BDR ou comprar papel nos EUA 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Em ata, maioria dos dirigentes do Fed defende alta dos juros em dezembro 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Dólar vai a R$ 5,86 com incerteza fiscal e externa 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Brasil e Noruega miram estreitar laços 42

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA
Governo Lula avalia integrar Direitos Humanos ao Ministério da Justiça em novo desenho da Esplanada 44

Reconhecimento às boas iniciativas

» MILA FERREIRA » LUIZ FELLIPE ALVES » RAFAELA BONFIM » MARIA BEATRIZ GIUSTI » MARIANA REGINATO » ARTUR DIAS*

A sala Martins Pena do Teatro Nacional Cláudio Santoro foi palco, ontem, de uma noite de festa e emoção. A segunda edição do Prêmio JK reconheceu personalidades que realizam um trabalho relevante para o Distrito Federal e o Brasil, bem como as boas iniciativas que fazem a diferença em áreas como empreendedorismo, agro, cultura, inovação, tecnologia, política, economia, entre outras. Além dos agraciados, o evento foi prestigiado por autoridades que representam o DF e o país, que contribuíram na entrega das premiações, agregando valor ao momento das condecorações.

Sob o comando do maestro Cláudio Cohen, a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro realizou uma apresentação na abertura do prêmio. Entre outras canções, os músicos tocaram a canção Água de beber, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, composta quando ambos os artistas estiveram passando um tempo no Catetinho, à época da construção de Brasília. Outra canção conhecida tocada pela orquestra na noite do Prêmio JK foi Tempo perdido, da banda Legião Urbana.

Para o presidente do Correio Braziliense, Guilherme Machado, a premiação destaca o importante trabalho que pessoas da cidade desempenham em diversas áreas.

"Nós mostramos algumas pessoas que são notícia e outras que trabalham nos bastidores, mas que são extremamente importantes para o crescimento de Brasília" destacou.

A sala Martins Pena do Teatro Nacional - reinaugurada em 2024, após ser reformada - também foi elogiada pelo presidente do jornal. "É uma festa muito importante e muito bonita. Ainda mais sendo celebrada neste espaço" ressaltou Machado.

Guilherme Machado, presidente

do Correio Braziliense

Reconhecimento

Presente à cerimônia, o vice-presidente da República, Geraldo Alck-min, destacou a importância de reconhecer lideranças que contribuem para o desenvolvimento do país. Na abertura do evento, ele assinalou que a iniciativa representa uma forma de valorizar pessoas que prestam serviços à sociedade e de incentivar outras a seguirem o mesmo caminho. "O Prêmio JK tem a marca do pionei-rismo, da vanguarda, de fazer um reconhecimento a lideranças que têm serviço prestado" afirmou

A ex-ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima e deputada federal Marina Silva (Rede-SP), foi a vencedora do Prêmio JK na categoria Gestão Pública, destacou a importância do reconhecimento de profissionais de diferentes áreas para incentivar iniciativas que contribuem para o desenvolvimento de Brasília e do país.

"Primeiro, o reconhecimento do trabalho que é feito por gestores, pesquisadores e pelo pessoal do mundo das artes é algo que faz com que essas pessoas possam servir de referência para outras. Além disso, boas experiências podem ser replicadas, adaptadas e customizadas para outras realidades. Essas premiações dão evidência e abrem oportunidades para que as pessoas desenvolvam ainda mais suas habilidades" comentou Marina.

O empresário Paulo Octávio, prestigiou a premiação

O empresário e presidente do PS-D-DF, Paulo Octávio, prestigiou a premiação e destacou a importância do evento do Correio Braziliense para a capital. Visto pelo empresário como o jornal mais importante de Brasília, Paulo Octávio disse que lê o jornal todos os dias pelo compromisso com a capital. "Um evento como esse do Correio Braziliense, homenageando o presidente Juscelino, o lúndador de Brasília, homenageando pessoas que ajudam a cidade a se consolidar é muito ímpar. Porque no Brasil não se tem tanto costume de homenagear quem faz o bem. Isso que me faz estar aqui" ressaltou.

O empresário elogiou a escolha dos premiados. "Sabem escolher muito bem os homenageados, entendem a cultura brasiliense, sabem entender a economia brasiliense e sabem pensar no futuro. Homenageia o fundador, mas também lança um olhar para o futuro de Brasília. E o futuro de Brasília será cada vez mais digno para os seus moradores se nós tivermos mais pessoas com referência, cuidando muito bem dela" completou.

André Kubitscheck, deputado distrital recém eleito e bisneto do ex-presidente Juscelino Kubitscheck,

ressaltou a importância de manter vivo o legado daqueles que fzeram parte da construção da capital e de quem atualmente segue mantendo esse legado vivo.

Para André é muito importante resgatar o protagonismo de quem, no passado, teve papel crucial para a fundação de Brasília. "É muito

importante a gente resgatar um protagonismo do nosso passado. JK foi o nosso fundador, a pessoa que idealizou Brasília, que em menos de mil dias construiu a mais nova capital do mundo". "A consolidação de Brasília foi um instrumento que desencadeou esse novo ciclo de progresso no Brasil. Então, é muito importante levar e resgatar essa história."

O presidente da Fecomércio, José Aparecido Freire, também comentou sobre a importância de prestigiar pessoas com uma grande história na capital. "Não devemos esquecer, jamais, as pessoas que tiveram um papel importante na cidade"" afirmou. Ele também ressaltou que é necessário homenagear pessoas que estão construindo uma nova história em Brasília. "Assim como pessoas do passado, temos que prestigiar as pessoas da atualidade", pontuou.

Conexão

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Rozane Naves, destacou a importância do prêmio promovido pelo Correio Braziliense como forma de valorizar pessoas que fazem a diferença no cotidiano da capital e contribuem para o desenvolvimento da cidade. Para ela, a iniciativa fortalece a conexão entre essas pessoas e reconhece o trabalho de quem desenvolve projetos importantes para a sociedade.

"É muito importante conectar as pessoas que fazem o dia a dia da cidade, que desenvolvem projetos

importantes e que contribuem para o desenvolvimento local" ressaltou.

Rozana também enfatizou a importância da parceria entre a imprensa e os profissionais que contribuem para a circulação de informações de qualidade, especialmente no enfrentamento à desinformação.

"São pessoas que têm sido parceiras também do Correio Brazi-liense na divulgação de informações e no enfrentamento à desinformação", afirmou.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Roberval Belinati, marcou presença na segunda edição do Prêmio JK. O magistrado elogiou a premiação como forma de incentivo aos talentos da cidade.

"É uma cerimônia superimportan-te para a capital da República, uma homenagem às personalidades que se destacaram aqui em Brasília, no Distrito Federal, e no Brasil, pelos relevantes serviços prestados a todos, especialmente à nossa sociedade" destacou.

"O prêmio é importante porque estimula ainda mais as pessoas que têm suas habilidades, que têm seus talentos, que têm suas qualidades, suas vocações a trabalharem cada vez mais em benefício da nossa sociedade" afirmou o desembargador. "Então, parabéns ao Correio por esta iniciativa tão importante, e quem ganha com isso somos todos nós. Parabéns", completou.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita

Federal do Brasil (**ANFIP** Nacional), Carlos José de Castro, ressaltou importância de prestigiar esses tipos de evento.

Segundo Castro, o prêmio é uma importante forma de agradecer os esforços que as personalidades empenharam em Brasília. "Na nossa instituição, também fazemos esse trabalho de homenagem. Eu vejo que é uma iniciativa muito prazerosa para a sociedade", disse.

O presidente da **Anfip** complementou que a "sociedade vai usufruir da inteligência demonstrada pelos premiados".

Assim como muitos dos premiados, Carlos José também viu a capital nascendo. Morando em Goiás e vindo para Brasília para estudar, ele pontua que "o prêmio é fundamental para valorizar os pioneiros que fizeram história na cidade".

A primeira edição do Prêmio JK, dedicado a reconhecer personalidades que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento, crescimento e construção de Brasília, ocorreu em 2025. Inspirado no legado visionário de Juscelino Kubits-chek, o prêmio destaca líderes e iniciativas que impulsionam a inovação, promovem impactos sociais relevantes e fortalecem o papel da capital como centro estratégico do país. Confira, nesta edição, todos os vencedores e homenageados da segunda edição do Prêmio JK.

* Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/19/all.pdf

Em vitória do governo, Senado aprova ajuste fiscal

» LUÍZA ALTOÉ

O plenário do Senado concluiu, ontem, a votação do projeto de lei complementar (PLP) de ajuste fiscal das contas públicas. Os parlamentares rejeitaram os destaques apresentados, que poderiam desidratar a matéria, e validaram as mudanças no texto-base aprovado na semana passada: foram 69 votos favoráveis e dois contrários. Agora, o PLP segue para análise da Câmara. O relator será Mauro Be-nevides (União-CE). Ele afirmou que não fará alterações no conteúdo, para garantir uma tramitação célere. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou para segunda-feira uma sessão extraordinária destinada a apreciar a proposta.

"Quero registrar que para nós esse pacote representa apenas um primeiro passo, mas que se faz necessário que o governo e as autoridades brasileiras se conscientizem de que, para que tenhamos um ambiente econômico saudável, precisamos garantir um ajuste econômico fiscal mais robusto para o nosso país" disse Motta, de Buenos Aires, onde participa de um evento.

No Senado, a base governista mobilizou parlamentares e conseguiu derrubar três destaques da oposição, impedindo alterações significativas no projeto. Após a análise desses destaques, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto, sugeriu um acordo sobre as mudanças na Lei Kandir, que vinham incomodando a oposição e governadores. Por fim, a matéria aprovada passa o limite dos repasses da União aos estados e municípios de R$ 1 bilhão para R$ 2 bilhões entre 2027 e 2030, com a recomposição linear sendo paga entre 2028 e 2030. A oposição concordou com a mudança e retirou o quarto destaque que tratava do assunto.

O primeiro destaque votado foi o apresentado pelo líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). Entre outros pontos, retirava trechos do PLP e reduzia o limite do crescimento das despesas de 2% para 0,6%. A proposta foi derrubada por 47 votos a 30. Outro destaque tratava das compensações previdenciárias. O item foi mantido por 45 votos a 32. O

projeto diz que, entre os exercícios de 2027 e 2030, fica limitado a R$ 3 bilhões ao ano o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de estados e municípios.

Créditos tributários

Outro tema objeto de destaque e mantido pelos senadores se refere à possibilidade de o governo restringir a "compensação cruzada"" ou seja, o uso de créditos tributários pelas empresas para quitar **impostos**. O trecho tornou-se o principal ponto de impasse do Planalto com o setor empresarial e a oposição. Foram 49 votos pela manutenção e 31 contra. Hoje, empresas que possuem créditos tributários reconhecidos pela **Receita Federal** podem usá-los para quitar **impostos** devidos. O projeto restringe essa possibilidade em determinadas situações de contenção de despesas.

Encerrada a análise dos destaques, o relator apresentou um

novo substitutivo ao texto, o que demandou uma votação da matéria em turno suplementar. Uma das mudanças no PLP foi uma emenda da senadora Tereza Cristina (PP--MS), em uma sinalização ao setor produtivo. A alteração garante que os créditos das contribuições para PIS/Cofins não aproveitados até a extinção dessas contribuições continuem válidos e possam ser usados para compensar a Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), criado pela **reforma tributária**.

Após a votação, Braga afirmou à imprensa que o impacto do pacote é de R$ 50 bilhões em 2027. Antes das mudanças realizadas no texto, ontem, a estimativa era de algo entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões. Segundo o relator, a emenda da senadora Tereza Cristina não interferiu nos números. O governo tem pressa para aprovar o PLP na Câmara logo, para viabilizar o Orçamento de 2027.

O projeto possibilita que o

crescimento das despesas primárias seja limitado a 2% ao ano, a partir de 2027, mediante contin-genciamento. O teto atual, segundo o arcabouço fiscal, é de 2,5%. Em caso de ameaça do descumprimen-to do centro da meta, o texto prevê a possibilidade de redução ou cancelamento de quaisquer despesas primárias, ressalvadas as obrigações constitucionais.

Fundo Constitucional

O PLP também define que os repasses anuais do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) continuem sendo corrigidos pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, inclusive em 2027. A medida evita que o fundo perca cerca de R$ 1,8 bilhão do seu orçamento para o próximo ano.

O projeto também amplia, de 10% para 20%, a redução de benefícios fiscais implementados em setores estratégicos. Fica de fora desse

corte a desoneração da folha, além dos benefícios para o setor de tecnologia da informação (TI) e semicondutores, bem como as isenções para aquisição de veículos por pessoas com deficiência ou autismo.

O texto ainda estabelece o prazo de 60 dias - contados da publicação da lei - para que o Congresso defina limites aos supersalários do funcionalismo público. Inicialmente, o prazo era de 120 dias, mas foi reduzido pelo relator ao acatar uma emenda do senador Alessan-dro Vieira (MDB-SE). Outro emenda do parlamentar acatada diz que, quando o resultado das contas do governo for inferior a 0,5% do **PIB**, o Executivo apresentará as causas do resultado e as medidas previstas para a sua melhoria.

Outro ponto amplia a exclusão dos royalties do petróleo do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), para que funcione também quando houver previsão de superavit. Além disso, veda que a receita obtida com o Imposto de exportação do petróleo seja contabilizada na RCL para fins de cálculo das despesas mínimas.

A medida pode interferir, por exemplo, nas despesas com a saúde, que tem o piso constitucional calculado com base na RCL. No sentido contrário de ajustes fiscais, a matéria autoriza, no orçamento de 2026, que R$ 10,5 bilhões da subvenção do diesel sejam desconsiderados do cálculo da meta.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/19/all.pdf

13º salário: calculadora mostra quanto você vai receber, com descontos e novas regras do IR

Por Rafaela Zem, Janize Colaço, g1 - São Paulo

O pagamento do 13º salário em 2026 poderá ser maior para milhões de trabalhadores. Isso ocorre devido às novas regras de isenção do Imposto de Renda.

O portal g1 disponibilizou uma calculadora que estima o valor líquido do benefício. A ferramenta calcula descontos de previdência e as novas regras do tributo.

O cálculo considera 1/12 avos do salário por mês trabalhado com mais de 15 dias. Adicionais habituais, como horas extras e comissões, integram o benefício.

A primeira parcela deve ser paga nesta segunda-feira (30) de novembro. A segunda deve ser quitada até sexta-feira (18) de dezembro.

Em caso de atraso ou não pagamento, o trabalhador deve cobrar a empresa por escrito. A multa administrativa é de R$ 176,03 por funcionário prejudicado.

O pagamento do 13º salário está se aproximando e, neste ano, milhões de trabalhadores podem receber um valor maior do que nos anos anteriores. Isso porque as novas regras do Imposto de Renda passaram a isentar quem ganha até R$ 5 mil por mês e reduziram o imposto para parte dos contribuintes com rendimentos acima desse valor.

A mudança pode fazer diferença principalmente na segunda parcela do benefício, quando são aplicados os descontos obrigatórios, como a contribuição ao **INSS** e o Imposto de Renda.

?? A primeira parcela do benefício deverá ser paga até 30 de novembro, último dia útil do mês. Já a segunda deverá ser depositada até 18 de dezembro, já que o prazo legal cai em um domingo neste ano.

?? Para ajudar os trabalhadores a calcular quanto devem receber, o g1 preparou uma calculadora que estima o valor líquido do 13º salário. A ferramenta considera o tempo trabalhado ao longo do ano, os descontos previdenciários e as novas regras do Imposto de Renda.

Na simulação, é preciso informar o salário bruto mensal, a quantidade de meses trabalhados em 2026 e o número de dependentes declarados no Imposto de Renda.

?? CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A CALCULADORA

A ferramenta calcula o valor proporcional do benefício, estima os descontos obrigatórios e mostra quanto deve ser pago em cada parcela. O sistema também considera as novas regras do Imposto de Renda e utiliza a forma mais vantajosa de cálculo entre as deduções permitidas na legislação.

Ao final, o leitor consegue visualizar:

o valor líquido estimado do 13º salário;o valor previsto para a primeira parcela;o valor previsto para a segunda parcela;o total descontado de **INSS**;o total descontado de Imposto de Renda.

O resultado serve como referência. Em algumas situações, o valor efetivamente pago pela empresa pode variar devido à existência de horas extras, comissões, adicionais salariais, pensão alimentícia, contribuições para **previdência complementar** e outros fatores específicos.

Abaixo, entenda ainda:

Como o 13º salário é calculado?Qual é o tempo mínimo de registro para ter direito?Como funcionam os descontos? O que muda com a nova regra do Imposto de Renda?Quem tem direito ao 13º salário?Quando o dinheiro deve cair na conta?A empresa pode dividir o benefício em mais de duas parcelas?O que fazer se o valor estiver errado ou não for pago?Quais são as punições para empresas que não pagam o benefício?O atraso gera indenização?

Como o 13º salário é calculado?

Apesar de ser conhecido como um salário extra, o 13º não corresponde necessariamente ao valor exato do salário mensal.

O benefício depende de dois fatores principais: o tempo trabalhado ao longo do ano e a remuneração recebida pelo empregado.

A regra determina que o trabalhador tem direito a 1/12 do salário para cada mês trabalhado. Quem trabalhou durante os 12 meses do ano recebe o benefício integral. Já quem foi admitido ou desligado ao longo de 2026 recebe o valor de forma proporcional.

O pagamento é proporcional ao tempo trabalhado. Ou seja, mesmo que o funcionário tenha sido contratado em julho, ele ainda receberá o valor referente aos meses em que esteve na empresa , explica o advogado trabalhista Luís Gustavo Nicoli.

Segundo Nicoli, a legislação exige que a empresa inclua no cálculo outras parcelas que tenham natureza salarial e sejam pagas com habitualidade.

Na base de cálculo entram o salário-base, adicionais como insalubridade, periculosidade e adicional noturno, além da média de horas extras e comissões.

?? Por isso, trabalhadores que recebem comissões regularmente ou fazem horas extras com frequência podem ter um 13º maior do que o salário-base.

Em contrapartida, valores pagos a título de indenização ou reembolso normalmente não entram no cálculo. É o caso de benefícios como vale-transporte, vale-alimentação, ajuda de custo e auxílio-creche.

Qual é o tempo mínimo de registro para ter direito?

Uma dúvida comum surge entre trabalhadores que começaram em um emprego novo ou deixaram a empresa durante o ano.

A regra estabelece que o mês só entra na conta quando o empregado trabalhou pelo menos 15 dias naquele período.

Cada mês com mais de 15 dias de trabalho conta como um mês integral para o cálculo do 13º. Se o empregado trabalhou menos de 15 dias em determinado mês, aquele período não será considerado , afirma Nicoli.

Isso significa que uma contratação feita nos últimos dias do mês pode não gerar direito àquele avo do 13º. Já uma admissão realizada na primeira metade do mês normalmente permite que aquele período seja considerado integralmente.

Como funcionam os descontos?

Depois de definido o valor bruto do benefício, a empresa aplica os descontos obrigatórios.

Os principais são:

contribuição para o **INSS**;Imposto de Renda, quando houver cobrança.

É justamente nesse momento que muitos trabalhadores percebem uma diferença entre o valor esperado e o valor efetivamente recebido, explica o professor de Direito Processual do Trabalho e ex-juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18).

Vale lembrar que os descontos de **INSS** e Imposto de Renda incidem apenas na segunda parcela , explica Platon Neto.

O que muda com a nova regra do Imposto de Renda?

As novas regras sancionadas pelo governo federal garantem isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil por mês.

Na prática, muitos trabalhadores deixarão de ter qualquer desconto de IR sobre o benefício.

Quem recebe acima desse valor continuará sujeito à tributação. Dependendo da faixa de renda, porém, o desconto poderá ser menor do que o verificado em anos anteriores.

Por isso, trabalhadores que mantiveram salários semelhantes aos do ano passado podem receber um valor líquido maior neste ano.

Quem tem direito ao 13º salário?

O benefício é garantido aos trabalhadores contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Estão incluídos:

empregados da iniciativa privada;trabalhadores urbanos;trabalhadores rurais;empregados domésticos;trabalhadores avulsos.

Aposentados e pensionistas do **INSS** também recebem gratificação natalina, embora o calendário siga regras próprias da **Previdência Social**.

Já estagiários, trabalhadores autônomos e profissionais contratados como pessoa jurídica (PJ) não têm direito ao 13º salário.

Como não há relação de emprego, não se aplica a eles o pagamento do benefício , afirma Nicoli.

Outra exceção envolve os casos de demissão por justa causa. Nessa situação, o trabalhador perde o direito ao 13º proporcional.

Quando o dinheiro deve cair na conta?

A legislação permite que o pagamento seja feito em uma única parcela ou em duas etapas.

A primeira parcela deve ser paga até 30 de novembro. Em 2026, a data cai em uma segunda-feira.

Já a segunda parcela precisa ser paga até 20 de dezembro. Como o dia cairá em um domingo, o depósito deverá ser antecipado para o último dia útil anterior: 18 de dezembro.

As empresas também podem antecipar o benefício e realizar o pagamento antes desses prazos.

A empresa pode dividir o benefício em mais de duas parcelas?

Não.

A legislação permite o pagamento em parcela única ou em duas parcelas.

A CLT e o Decreto 57.155/1965 estabelecem que o 13º deve ser pago em até duas vezes. Qualquer outra forma de parcelamento não está prevista na lei , explicou Nicoli ao g1.

O que fazer se o valor estiver errado ou não for pago?

O primeiro passo é procurar a empresa e solicitar esclarecimentos.

Segundo Platon Neto, o ideal é fazer essa comunicação por escrito para que exista registro da tentativa de resolução.

Caso o trabalhador não receba o 13º salário dentro do prazo legal, é recomendável procurar inicialmente o empregador, especificamente o departamento de Recursos Humanos, para solicitar o pagamento ou a correção do valor. Convém que essa cobrança seja realizada por escrito para que haja registro documental.

Quando houver suspeita de erro, o trabalhador deve pedir à empresa a memória de cálculo utilizada para chegar ao valor pago.

Se o valor estiver incorreto, o trabalhador deve pedir ao empregador a memória de cálculo e verificar se foram considerados corretamente os meses trabalhados e todas as parcelas salariais que integram a remuneração, como comissões, horas extras habituais e adicionais.

Caso a situação não seja resolvida, o empregado pode:

procurar o sindicato da categoria;registrar denúncia no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);recorrer ao Ministério Público do Trabalho (MPT), quando o problema atingir vários empregados;ingressar com ação na Justiça do Trabalho para cobrar os valores devidos.

Quais são as punições para empresas que não pagam o benefício?

Empresas que atrasam ou deixam de pagar o 13º salário podem ser autuadas pela fiscalização trabalhista.

Segundo Platon Neto, a multa administrativa atualmente é de R$ 176,03 por empregado prejudicado.

O valor vigente é de R$ 176,03 por empregado prejudicado, aplicado em dobro em caso de reincidência.

O professor ressalta que essa penalidade não substitui a obrigação de quitar o benefício.

A empresa continua obrigada a quitar o 13º salário, com juros e correção monetária, e pode ainda responder por multa prevista em convenção ou acordo coletivo.

O atraso gera indenização?

Nem todo atraso gera automaticamente uma indenização.

De acordo com Platon Neto, a Justiça costuma exigir a comprovação de prejuízo efetivo para reconhecer esse direito.

Ela costuma ser reconhecida quando o atraso se repete ou causa um prejuízo concreto, como ter o nome negativado por não conseguir pagar as contas. Mas isso precisa ficar bem demonstrado no processo judicial.

Quando isso ocorre, o trabalhador pode receber não apenas o valor devido do 13º salário, com juros e correção monetária, mas também uma indenização fixada pela Justiça do Trabalho.

Site: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/11/19/13o-salario-calculadora-mostra-quanto-voce-vai-receber-com-descontos-e-novas-regras-do-ir.ghtml

Bet usava mortos como laranjas em transações bilionárias

FERNANDA ALVES fernanda.alves@oglobo.com.br

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Cash Out, contra um grupo suspeito de explorar ilegalmente jogos e apostas, lavar dinheiro, sonegar **impostos** e enviar recursos ao exterior. O principal alvo é a Esportes da Sorte, que, segundo o Ministério Público Federal (MPF), usava CPFs de menores de idade e de pessoas mortas para simular apostas e ocultar a origem e o destino de transações financeiras. A Justiça determinou o bloqueio de mais de R$ 2,3 bilhões em bens e ativos dos investigados.

Ao todo, foram cumpridos 59 mandados de busca e apreensão em cinco estados: Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. A operação mobilizou policiais federais, auditores da **Receita Federal** e integrantes do MPF. Entre os bens apreendidos estão cinco aeronaves, um iate comprado por R$ 40 milhões, 14 veículos de luxo, apartamentos na orla de Boa Viagem, no Recife, uma cobertura de 1.800 metros quadrados em São Paulo, adquirida por R$ 42 milhões, e uma casa de R$ 100 milhões no Condomínio Fasano.

Segundo os investigadores, o grupo movimentou cerca de R$ 11 bilhões em 2025, mas declarou apenas R$2 bilhões à Receita. A diferença de apr oxima da mente R$9bilhõe sé apontada como indício de sonegação fiscal.

-São R$ 11 bilhões que poderiam ter sido utilizados na compra de alimentos, na educação, na saúde, em poupança da população brasileira, que foram extraídos para o meio do jogo e, pior, nem **tributos** foram pagos. (...) Além de causar esse dano grande à economia popular, (as empresas) ainda omitiam esses valores para fins de tributação. É crime em cima de crime que esse pessoal cometia aqui no Brasil - ressaltou o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Sakiyama Barreirinhas.

Segundo o procurador regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega, coordenador-adjunto do Gaeco Nacional, o esquema utilizava CPFs de pessoas falecidas, menores de idade e empresas impedidas de apostar para simular pagamentos de jogadores a plataformas estrangeiras. As operações eram feitas por meio de um mecanismo de transferência internacional de recursos, chamado eFX, e dificultavam a identificação dos verdadeiros remetentes e destinatários do dinheiro.

- Temos uma estratégia para que o dinheiro fosse para fora do país. Vamos precisar utilizar mecanismos de cooperação internacional para identificar os reais destinatários e remetentes dos valores -afirmou.

As investigações apontam que o grupo atuava ilegalmente no mercado brasileiro desde 2020, por meio de uma estrutura formalmente vinculada a uma empresa sediada em 2024, obteve autorização do governo federal para operar. Mesmo depois da regularização, porém, teria mantido práticas de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal. Há indícios de que recursos de origem ilegal foram usados para pagar os R$30 milhões da outorga à autorização.empresa não retornou à reportagem.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Casa mantém restrição de uso de crédito tributário

THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA E LUÍSA MARZULLO economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O Senado manteve ontem o trecho do pacote de ajuste fiscal que autoriza o governo a restringir o uso de créditos tributários por empresas para quitar **tributos** federais. Os senadores rejeitaram o destaque do Republicanos, apresentado pelo líder do partido, senador Alan Rick (AC), que retirava o dispositivo do projeto de lei complementar.

A compensação tributária permite que empresas com créditos a receber da **Receita Federal**, como **tributos** pagos a mais, usem esses valores para abater outros **tributos** federais, sem gastar dinheiro do caixa. Como O GLOBO mostrou ontem, a restrição prevista no projeto é fator de preocupação para as empresas. Uma das incertezas era se isso afetaria a prerrogativa de uso dos créditos de PIS e Cofins acumulados ao longo do tempo para abatera Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criada na **Reforma Tributária** eque substitui PIS, Cofins e IPI.

A respeito desse tema, uma emenda da líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS), foi incluída no texto. A proposta garante que os créditos das contribuições para PIS/Cofins não aproveitados até a extinção dessas contribuições continuem válidos e possam ser usados para compensara CBS. Mesmo com esse ponto esclarecido, a medida é considerada um fator de pressão sobre o caixa para o setor produtivo.

Coma manutenção do item no projeto, o governo preserva uma das principais fontes de receita do pacote. Segundo estimativa do Executivo incluída no parecer do relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), a restrição pode render entre R $12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões em 2027.

Pelo trecho do projeto, sempre que houver medidas de contenção de despesas, o Executivo poderá reduzir essas compensações até o valor das despesas bloqueadas e contingenciadas no Orçamento.

MANIFESTO DE ENTIDADES

Um ato do governo definiria os percentuais de redução, que poderiam variar conforme o valor total ou o tipo de crédito usado. Essa possibilidade foi incluída por Braga, que manteve o restante da proposta do governo. O Executivo prevê para a retenção a mesma faixa de impacto do contingenciamento de 2027: de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões.

A medida virou alvo do setor produtivo. Manifesto de 119 entidades empresariais pediu ao Senado a retirada do artigo. Entre os signatários estão a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Para as entidades, reter créditos não é ajuste fiscal: a empresa passa a pagar em dinheiro um tributo que poderia quitar com valores que tem a receber do Fisco.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) criticou a restrição ao crédito tributário."O ajuste fiscal é uma necessidade, e a Abrasca reconhece isso. Porém, nos opomos à maneira como está sendo feito. Mais uma vez, o custo recai sob reas empresas que mais contribuem para a arrecadação", diz Cátilo Cândido, presidente executivo da Abrasca.

Senadores de oposição criticaram o fato de o texto não fixar prazo nem correção para o uso posterior dos créditos retidos. O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), chamou o mecanismo de "calote". Ao defender o parecer, Braga disse que o texto "não propõe calote, propõe, sim, responsabilidade fiscal e tributária".

Nãoéa primeira vez que o governo tenta ligar compensações ao resultado das contas públicas. Em dezembro de 2024, o Congresso retirou do pacote de corte de gastos um gatilho do arcabouço fiscal. Ele permitiria limitar o uso de créditos para compensar **tributos** em caso de resultado primário negativo.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Programa para ajustar erros na reforma será permanente, diz Receita

Muito aguardado pelos contribuintes inseguros quanto à implementação da **reforma tributária** sobre consumo, o programa de conformidade deverá ser anunciado "cm breve" e tomar-se permanente. Foi o que disse o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, na primeira live do Observatório Tributário, projeto do Valor que tem como objetivo manter o leitor atualizado sobre as discussões que envolvam os desdobramentos e a implantação da reforma.

O programa livrará de punições as empresas que cometerem erros, mas tenham agido de boa-fé. Como regra, a Receita considerará que o contribuinte age dessa maneira. "A má-fé é a exceção, e ela que tem que ser comprovada", diz. São necessários indícios como omissão de informação, dissimulação de fato gerador e outros. "Na-turalmente, [o programa] é algo que vai se perenizar, mas o texto sobre o qual estamos debruçados c para, em princípio, 2027", diz.

O secretário reconheceu que nem todas as empresas estão preparadas para operar no novo sistema tributário. Isso tem gerado pressões pelo adiamento, que ele descartou.

"Nós recebemos essas manifestações de preocupação e de até medo, eu diria, com muita humildade, com muito respeito, mas é nossa função como administração tributária dar muita transparência ao processo, dar orientação ao contribuinte e tranquilizá-los, de que o Brasil estará pronto para a **reforma tributária**", diz.

A Receita já mapeou as empresas que não estão emitindo notas fiscais informando o valor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será implantada pela reforma e atua para orientá-las. "É um ponto de atenção", reconhece. Se essas empresas não emitirem a

nota fiscal corretamente, vão "dar trabalho" aos seus clientes, pois eles precisaram informar o valor do imposto na apuração assistida (espécie de declaração pré-preen-chida dos novos **tributos**). Por isso, o secretário acredita que a tendência é de regularização.

Uma das principais pendências do novo sistema, a versão 2.0 do Regulamento da CBS e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deverá ser divulgada no máximo até o início da próxima semana. Nessa versão, foram atacados pontos críticos para setores como financeiro, construção e serviços, que causavam "dúvidas relevantes". Como outras sugestões de aperfeiçoamento surgirão, ele considera que a elaboração da norma será um processo permanente.

A limitação da compensação de créditos tributários prevista no Projeto de Lei Complementar (PLP) 299 (do ajuste fiscal, aprovado nesta quarta-feira no Senado) não se aplica à **reforma tributária**, segundo o secretário. Ou seja, créditos de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) não terão nova limitação para compensação com a CBS.

Sobre a alíquota da CBS, definida em 11,3% pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e em análise pelo Senado, o secretário reforçou que qualquer benefício dado para alguém é pago por outra pessoa. "Se você quer diminuir, dá para diminuir, mas aí tem que diminuir também um determinado benefício", afirmou.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Programa de conformidade

"0 splitpaymentnão é problema, é solução para a evasão fiscal e, portanto, da carga alta para quem paga efetivamente o tributo"

As empresas não vão deixar de fazer negócios, vender as mercadorias, prestar os serviços por causa da reforma. O que é importante é que elas continuem os negócios com muita tranquilidade e com muita transparência nessa relação com o Fisco. |0 programa de conformidade de 2027 sairá] muito em breve. Da parte da Receita, já está bastante maduro. Eu peço a compreensão da população. É o programa da **Receita Federal**, de 27 Estados, do Distrito Federal e de 5.557 municípios. Isso gera uma necessidade de governança, de convencimento de todos, para que seja uniforme. Esse programa de conformidade tem uma função tranquilizadora muito importante para o empresariado, até mais, talvez, do que de aplicação efetiva. A **reforma tributária** é uma oportunidade de mudar essa cultura, dessa relação do Fisco com o contribuinte, com uma cultura dc orientação, de confiança mútua. Entendo que isso vai, naturalmente, ser permanente. 2027 é também um período de

aprendizado. Durante o exercício, a gente vai ver o que funciona melhor ou pior e vai ajustando ele mais adiante. Naturalmente, é algo que vai se perenizar, mas esse texto sobre o qual estamos debruçados é para, em princípio, 2027.

Boa e má-fé do contribuinte

A boa-fé é a regra. A má-fé é a exceção e tem que ser comprovada. Em princípio, o contribuinte está de boa-fé, a não ser que haja indícios dc má-fé. Por exemplo, omissão de informação, dissimulação de fato gerador, a vontade de ocultar a ocorrência de um fato gerador, uma operação, uma venda, uma prestação de serviço. Se não houver esses sinais de má-fé, tenho que partir da premissa que a empresa está de boa-fé. Vamos ter critérios ainda mais objetivos, relacionados às situações em que há dúvida relevante em relação à interpretação da norma.

Regulamento 2.0

Deve sair até amanhã. Nós estamos cobrando que saia. Agora, a bola está conosco, já foi aprovada pelo Comitê Gestor. Está em tramitação aqui entre unidades dentro do governo federal, mas deve sair nesta semana ou no máximo na semana que vem. A boa notícia é que vai sair. A notícia, que pode parecer má para algumas pessoas, é que é um processo que não vai acabar nunca, é um processo continuado. Recebemos mais de 4 mil sugestões dc alteração. Todas foram analisadas, mas nesse primeiro momento nós acolhemos aquelas que nos pareciam mais críticas. Naturalmente, ao longo do tempo, a gente vai fazendo ajustes nele. Nós pegamos pontos críticos relacionados a diversos setores, setores financeiros, de construção, de prestação de determinados serviços, que nos pareceram que causavam dúvidas relevantes. A solução para esse tipo de dúvida que o contribuinte tem não é alteração só normativa. Como soluciona algo que pode aparentar ser uma lacuna normativa? Interpretando, por meio do nosso programa de conformidade, por uma sistemática de perguntas e respostas, que está pactuado também com o Comitê Gestor. Muita coisa não precisa ficar mudando a norma, basta orientar o contribuinte.

Ajuste fiscal e reforma

Eu quero tranquilizar que, em relação à reforma, a proposta do ajuste fiscal não sc aplica. O texto é muito claro em dizer que aquela redução do aproveitamento é de **tributos** da Receita com outro tipo de tributo, conforme previsto no artigo 74, salvo engano, da Lei 9.430. Então, é um dispositivo gc-

nérico federal que permite esse abatimento, por exemplo, de uma contribuição com débito de Imposto de Renda. A compensação de PIS/Cofins com a CBS, dentro da sistemática ainda da não cumula-tividade, prevista na Lei Complementar 214, não é a compensação do artigo 74. Então, essa proposta legislativa, não se aplica ao crédito de PIS/Cofins em relação à CBS, à transição, muito menos em relação à CBS com CBS, que é o mesmo tributo. Para ficar muito claro, ela não interfere na transição da **reforma tributária**, não interfere na não cumulatividade que nós estamos tratando na reforma.

Demais possibilidades de compensação

Em relação a outras situações, é uma redução da possibilidade de compensação. Ela não impede que você compense, reduz isso. Isso, na verdade, é uma situação que se aproxima dc um benefício fiscal. O maior caso disso é aquele caso em que não tem tributação na saída, mas é concedido muito crédito presumido na entrada. Isso acontece muito no PIS/Cofins. Então, é um benefício, na verdade, essa situação em que se tem o crédito presumido, mas não tem nada na saída. O objetivo é limitar o aproveitamento temporalmentc desse tipo de creditamento, apenas 10%.

Redução da CBS

O Congresso é soberano em relação à alíquota, só que a Constituição também é muito clara, a Lei Complementar é clara. E essa é a beleza da **reforma tributária**, a transparência. A gente sabe hoje, fica muito claro, que qualquer redução, qualquer benefício que é dado para alguém é pago por outra pessoa. A metodologia de cálculo apresentada pela **Receita Federal**, validada pelo TCU, c o próprio cálculo do TCU permitem qualquer simulação. Se quer diminuir, dá para diminuir, mas tem que diminuir também um determinado benefício.

Ganho de conformidade

Tem alguns senadores que estão propondo a reanálise do ganho de conformidade. É possível também. Às vezes o ganho de conformidade (aumento espontâneo do cumprimento de obrigações), a redução da evasão fiscal, é maior do que foi estimado pelo TCU. Só que isso a gente vai saber durante o ano de 2027, quando esse sistema estiver rodando. Mas isso naturalmente vai ser aplicado para o ano seguinte, porque a gente tem também uma transição até 2032 relacionada à alíquota. Essa alíquota [de referência] vale só para o ano que vem. No ano que vem a gente tem que refazer o cálculo, agora com mais informações.

Reunião com Comitê do IBS

A gente tem conversado de dar previsibilidade e segurança jurídica para os contribuintes por meio de programa de conformidade. Nós vamos soltar uma nota em detalhe. Eles ainda vão internalizar o

resultado da reunião com os membros do Comitê Gestor, mas adianto que a reunião foi sempre no sentido de um alinhamento total naquela diretriz de prestigiar a boa-fé do bom contribuinte c colocar a orientação no centro dessa relação da administração tributária com as empresas.

Calculadora que evita punição

O fato de ter o crédito vinculado ao pagamento, fará com que lá na frente com a evolução do split paymcnt, isso seja automatizado, o que acaba com o problema de conformidade. A calculadora da **Receita Federal** é muito importante nisso. Como o nome diz, é um módulo de sistema que nós produzimos c oferecemos para as empresas de tecnologia da informação. O que a gente está falando para o desenvolvedor? Usa a minha calculadora que não vai errar. Na hora que colocar a descrição de serviço, o código, o nosso sistema vai pegar o código certinho, a alíquota, e vai calcular o tributo como a Receita faria numa fiscalização. Isso elimina praticamente o custo de conformidade. Nós estamos até estudando que aquele que utilizar a nossa calculadora fique isento de fiscalização e punição relacionado a erro de cálculo. Essa calculadora já está disponível há meses, e a gente incentiva as empresas de TI a utilizarem.

"A gente sabe hoje, fica muito clara, que qualquer redução, qualquer benefício que é dado para alguém é pago por outra pessoa"

Evasão fiscal

A Receita vai mandar em 2027 nova metodologia de cálculo com novos insumos relacionados a esse novo período. E o TCU vai ter condições de fazer um ajuste fino na alíquota com dados reais agora da arrecadação da CBS, inclusive em relação à redução da evasão fiscal. Isso automaticamente vai entrar para a alíquota do ano seguinte. De um lado ou de outro. O TCU fez uma série de estimativas, a Receita também. Se nós somos otimistas demais, pode ter uma variação para cima. Se nós somos pessimistas demais, pode ter uma variação para baixo. Por isso que o legislador, dc uma maneira muito inteligente, previu a revisão dessas alíquotas ano a ano para a gente chegar no final do período cm 2032 com uma alíquota, agora sim, matizada ao longo desse período todo, mantendo a carga tributária dc uma maneira mais certeira.

Split payment

O split payment não é problema, é solução para essa questão da evasão fiscal e, portanto, da carga

tributária alta para aqueles que pagam efetivamente o tributo. Durante a evolução dos sistemas [o split será obrigatório], depende muito mais dos sistemas das instituições financeiras do que da **Receita Federal**. Nós estamos prontos para o split payment.

Demais ganhos

Outro ganho de custo de conformidade enorme é a redução de declarações e, no futuro, a eliminação das declarações. A única obrigação do contribuinte no futuro vai ser emitir o documento fiscal. Na apuração assistida, além de preencher com os elementos constitutivos, já faço o cálculo dos créditos, os débitos, das compensações c dou o Darf [Documento de Arrecadação de Receitas Federais] lá no final para recolher. Antes precisava de um departamento para fazer isso, dependendo do tamanho da empresa. Não precisa mais, basta emitir o documento certinho que eu vou te dar a apuração automaticamente.

Impacto no fluxo de caixa e RAD como plano A

A gente está orientando a empresa a não correr risco nenhum. Ela faz o RAD (Recolhimento pelo Adquirente). Dia 10 de janeiro, vou fazer uma aquisição com o fornecedor, retenho o valor da CBS na fonte e recolho cm nome do fornecedor. Isso depende de uma conversa entre os dois. Eles vão ter que entrar em um acordo para que possa fazer essa retenção e recolhimento. Se fizer esse trabalho agora no fim do ano, conversar com seus fornecedores e fizer o RAD, esse problema deixa de existir. Então esse é o plano A. Nós queremos que todos façam isso. O plano B é dar esse fôlego para adiar o pagamento para o mês seguinte. Mesmo com esse plano B, ele não resolve to-talmcnte o problema. Para resolver o problema, deve fazer o RAD. Ao longo do tempo, isso vai se solucionando. Porque, obviamente, vai entrar em contato com o fornecedor e o fornecedor pagando posteriormente cm atraso, a gente vai conceder o crédito na "apuração assistida" para o adquirente. Ao longo dos meses, isso se resolve. Mas é preciso muita atenção nesse comecinho, na virada de chave da evolução do sistema atual do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para o sistema de crédito vinculado ao pagamento.

Cashback

Vai funcionar imediatamente. São os beneficiários do CadÚnico. E eles vão receber pelo menos 20% da CBS dc volta na conta. Nós estamos operacionalizando para fazer isso via Caixa

Econômica Federal, que tem o cadastro da maior parte desses beneficiários. E em determinados serviços, o cashback é de 100%. A devolução vai ser feita trimestralmente via Caixa Econômica Federal. O pagamento será feito em abril dc 2027.

Limbo previdenciário: empresa pode ser responsabilizada após alta do INSS

A empresa não pode deixar o trabalhador sem amparo financeiro e sem condições de retorno ao trabalho quando o **INSS** cessa o pagamento do benefício previdenciário, mas o médico do trabalho da empregadora o considera inapto para reassumir suas funções.

Foi essa a compreensão adotada pela 3a Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento realizado em 20 de outubro de 2026, ao condenar uma instituição financeira ao pagamento de R$ 20 mil por danos morais a uma trabalhadora mantida em limbo previdenciário, além de restabelecer a condenação ao pagamento dos salários do período.

O limbo previdenciário ocorre quando o **INSS** cessa o benefício por incapacidade, mas o empregador considera o trabalhador inapto para reassumir suas funções e impede seu retorno, deixando-o sem salário e sem benefício previdenciário, embora o vínculo de emprego permaneça existente.

A situação decorre da divergência entre a avaliação previdenciária e o exame médico ocupacional, mas exige, também, definir quem deve suportar as consequências da impossibilidade de retomada do trabalho.

No caso julgado, a trabalhadora procurou o serviço de medicina do trabalho do banco após a cessação do benefício por diversas vezes, mas foi considerada inapta para retornar às atividades.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região entendeu que ela deveria ter recorrido à Justiça para obter o retorno ao emprego, sob o argumento de que o contrato permaneceria suspenso até a reversão da alta ou a retomada das atividades.

O TST reformou a decisão, restabelecendo a condenação salarial e reconhecendo o direito à indenização por danos morais.

A decisão reafirma que a alta previdenciá-ria encerra, em regra, a suspensão contratual prevista no artigo 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de modo que a discordância do empregador em relação à avaliação do **INSS** não autoriza, por si só, a manutenção do trabalhador sem remuneração. Se o exame ocupacional indicar que ele não pode exercer a função anteriormente desempenhada, cabe à empresa avaliar as possibilidades de adaptação das atividades, pois a inaptidão para determinada tarefa não

significa necessariamente incapacidade para todo trabalho.

Esse dever de avaliação também encontra respaldo na Convenção n° 161 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a adaptação do trabalho às capacidades dos empregados, consideradas suas condições físicas e mentais.

Isso não impõe à empresa a criação automática de qualquer posto de trabalho, mas exige que examine as limitações identificadas e as alternativas de readaptação, em vez de transferir ao empregado a responsabilidade de solucionar o impasse.

A condenação por danos morais decorre de fundamento distinto da obrigação de pagar os salários atrasados. Enquanto as verbas salariais correspondem às obrigações contratuais, a indenização busca reparar o dano extrapatri-monial decorrente da conduta ilícita.

Nesse sentido, o Tema 88 dos recursos repetitivos do TST consolidou o entendimento de que impedir o retorno do empregado após a alta previdenciária e inviabilizar o recebimento de sua remuneração configura dano moral *in re ipsa*, ou seja, cuja caracterização dispensa

prova específica do sofrimento psicológico.

Entretanto, permanece em discussão a distribuição do ônus da prova, objeto do Tema 302 dos recursos repetitivos do TST, que trata da responsabilidade por demonstrar a comunicação da situação previdenciária ao empregador e a eventual recusa de retorno ao trabalho.

A definição dessa controvérsia poderá ampliar a segurança jurídica na análise de casos semelhantes, especialmente quanto à comprovação dos fatos necessários ao reconhecimento do limbo previdenciário.

Em suma, o julgamento reforça que a divergência entre o **INSS** e a medicina ocupa-cional não permite manter indefinidamente o trabalhador sem benefício e sem remuneração, cabendo ao empregador adotar as providências necessárias para esclarecer a situação e avaliar o retorno compatível com as condições de saúde do empregado.

Se a empresa impede esse retorno sem buscar uma solução adequada, poderá responder tanto pelos salários devidos quanto pelos danos morais decorrentes de sua conduta, conforme as circunstâncias do caso e os pressupostos jurídicos aplicáveis.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/19/all.pdf

Idosos puxaram alta de eleitores que foram às urnas, diz TSE

CAIO SARTORI caio.sartori@oglobo.com.br

O menor patamar da série histórica de "não voto" nas eleições brasileiras, registrado este ano, encontra no comparecimento dos eleitores com mais de 70 anos um de seus pilares. Divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os dados por faixa etária mostram que esse grupo de idosos, cujo voto é facultativo, teve 1,3 milhão de pessoas a mais nas urnas no segundo turno na comparação com o primeiro. É quase metade do total de 2,9 milhões de eleitores adicionais.

Revelado perto de completar um mês da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra Flávio Bolsonaro (PL), o detalhamento por idade corrobora a impressão de muitos brasileiros naquele 25 de outubro. Viralizaram nas redes diversas imagens de idosos sendo levados às urnas por familiares, dentro da estratégia petista de estimular o comparecimento dos mais velhos.

Com a constatação de que a "alienação eleitoral" - soma da abstenção com os votos em branco ou nulos -tinha sido a menor da história, cerca de 22%, ficou evidente que as imagens encontravam respaldo na realidade. Ainda não havia, contudo, a confirmação exata por faixa etária. Além de motivações essencialmente políticas, pode ter contribuído para o comparecimento o fato de que o voto contou como prova de vida do **INSS**.

Em termos percentuais, as maiores variações de participação entre turnos foram justamente nas sete faixas que abarcam os eleitores com mais idade, segundo a separação do TSE. Quanto mais velho o grupo, maior a mudança do primeiro domingo de votação para o segundo. No caso dos eleitores acima de 90 anos, é importante ponderar que o volume de sufrágios é pequeno, mas nas quatro divisões situadas entre 70 e 89 anos os crescimentos foram na casa das centenas de milhares de votos.

O aumento chama ainda mais atenção quando se observa que, em todas as faixas entre 16 e 69 anos, a variação do primeiro para o segundo turno foi percentualmente irrelevante, nunca acima dos 2%.

Também no cálculo absoluto é possível dimensionar o peso da participação dos idosos. O 1,3 milhão a mais entre um turno e outro é apenas um pouco inferior ao 1,6 milhão de eleitores dos 16 aos 69 anos que ficaram em casa na rodada inicial e decidiram ir às urnas para escolher Lula ou Flávio.

MAIS QUE 2022

Embora a comparação não seja perfeita, dado que o tamanho do eleitorado muda entre uma eleição e outra, os votantes acima de 70 anos também registraram um crescimento superlativo em relação ao segundo turno de 2022. Foram 3,3 milhões de eleitores a mais dessas faixas.

A diferença fica nítida quando se analisa a taxa de comparecimento deles, que passou de 45,3% há quatro anos para 58,3% agora, num aumento de 13 pontos.

Lula estimulou desde o primeiro turno o envolvimento dos eleitores acima de 70 anos. O apelo do petista tinha respaldo nas pesquisas, que mostravam os mais velhos avaliando o governo de forma favorável. Fazê-los ir às urnas significaria, em tese, mais votos para o presidente, apesar de não ser possível dizer quantos deles escolheram o candidato à reeleição.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

A surpresa que os agentes da PF tiveram durante operação contra advogado amigo de Flávio Bolsonaro

Malu Gaspar

Os agentes da Polícia Federal (PF) envolvidos na operação de busca e apreensão contra o advogado Willer Tomaz, realizada em agosto deste ano com o aval do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, tiveram uma surpresa ao tentar extrair dados da nuvem do amigo pessoal do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A extração foi interrompida no meio do processo, enquanto os policiais federais ainda trabalhavam no computador do escritório de Willer, um dos locais onde foi cumprida uma ordem de busca e apreensão determinada pelo relator da Operação Sem Desconto no STF no último dia 3 de agosto.

O episódio causou espanto entre os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que acompanhavam as diligências por ordem de Mendonça, que proibiu a apreensão de documentos, mensagens, arquivos e dados de clientes que não tivessem relação com a investigação.

Além da busca, o ministro também autorizou a quebra do sigilo telefônico do advogado, que segundo os investigadores do esquema bilionário de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) "funcionaria como verdadeiro hub financeiro, patrimonial e logístico" para integrantes do esquema, entre eles o senador Weverton Rocha (PDT-MA).

Mas pouco depois de terem aberto o computador do escritório e começarem a baixar os dados da nuvem de Willer, o processo foi interrompido e não pôde mais ser retomado. Ao final, a PF conseguiu extrair apenas parcialmente os dados.

A suspeita dos investigadores é de que alguma ordem remota foi dada para bloquear o trabalho da PF, ou que a senha da nuvem tenha sido modificada durante a própria operação com esse propósito.

Procurado pela equipe da coluna, Willer afirmou que os seus aparelhos celulares "permanecem sob custódia da Polícia Federal desde a busca e apreensão" e que "eventual interrupção na extração dos dados é questão técnica, que cabe à própria PF esclarecer" (leia a íntegra da nota ao final da matéria) .

Também voltou a afirmar que a operação deflagrada para apurar descontos indevidos no **INSS** se transformou "numa fonte de ataques ao então candidato à Presidência, senador Flávio Bolsonaro". Após ser alvo da operação, Willer viajou para os Estados Unidos e apostava na vitória de Flávio para retornar ao Brasil e escapar das investigações.

A eleição de Lula , no entanto, mudou os planos da dupla - e o próprio Flávio acabou fugindo para os EUA após ser derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar dos entraves na extração de dados da nuvem, a Polícia Federal conseguiu informações relevantes do aparelho celular de Willer Tomaz. Os investigadores encontraram no material apreendido no celular um e-mail no qual o advogado admite a uma instituição financeira ser sócio da Rio Pag, operadora dos pagamentos de apostas de lotéricas e bets da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), conforme revelou a equipe do blog.

O serviço, sobre o qual hoje pesam suspeitas de irregularidades, era prestado através de um contrato controverso firmado na gestão do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL), também aliado de Flávio, quando a autarquia era presidida por um advogado que atuava com Willer em tribunais superiores.

Até então, Willer Tomaz vinha negando peremptoriamente ter qualquer relação societária com a Rio Pag e alegando ser apenas o advogado da companhia - como fez em agosto, quando publicamos que o contrato da Rio Pag com a Loterj estava na mira da Justiça e do governador interino, Ricardo Couto.

Após o episódio, Willer passou a admitir manter "participação indireta" na empresa por meio de "uma cadeia de sociedades regularmente constituídas, registradas nas Juntas Comerciais e com administração própria". Ainda assim, ele diz não integrar "a gestão de nenhuma das sociedades da

cadeia".

Confira a seguir a íntegra da nota de Willer Tomaz sobre a extração do material do seu celular:

É prática abusiva usar a imprensa para pressionar pessoas investigadas a fornecer dados pessoais em investigação com nítidos contornos políticos.

Os aparelhos do advogado Willer Tomaz permanecem sob custódia da Polícia Federal desde a busca e apreensão. Eventual interrupção na extração dos dados é questão técnica, que cabe à própria PF esclarecer.

O que causa estranheza, isso sim, é que uma operação deflagrada para apurar descontos indevidos no **INSS** tenha se transformado numa fonte de ataques ao então candidato à Presidência, senador Flávio Bolsonaro.

Detalhes de um procedimento sigiloso têm chegado à imprensa em forma de suspeita, antes de qualquer comunicação à defesa, numa sequência de vazamentos que há três meses alimenta a tentativa de destruição moral e material dos investigados.

Site: https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2026/11/a-surpresa-que-os-agentes-da-pf-tiveram-durante-operacao-contra-advogado-amigo-de-flavio-bolsonaro.ghtml

Pacote fiscal passa no Senado: entenda os próximos passos antes de medida entrar em vigor

O Senado concluiu nesta quarta-feira a votação do pacote de ajuste fiscal do governo, mas as medidas ainda não estão em vigor. O projeto, que muda regras do arcabouço fiscal para conter gastos e aumentar a arrecadação, precisa passar pela Câmara e ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mesmo depois disso, boa parte das regras tem data própria para começar a valer, a maioria em 2027.

O governo estima que o pacote melhore o resultado primário de 2027 entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões. A equipe econômica considera o projeto condição para fechar o Orçamento do ano que vem, que tem meta de superávit de 0,5% do **PIB**, ou R$ 73,2 bilhões.

O texto-base passou no dia 12, por 45 votos a 31. Nesta quarta-feira, os senadores rejeitaram três destaques da oposição e aprovaram a versão final em turno suplementar, por 69 votos a 2. Para fechar a votação, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), fez um acordo com a oposição sobre a Lei Kandir, que compensa os estados pela isenção de ICMS nas exportações. O repasse anual entre 2027 e 2030 subiu de R$ 1 bilhão para R$ 2 bilhões, e o saldo devido, que seria pago até 2037, terá de ser quitado até 2030.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que vai convocar uma sessão extraordinária na segunda-feira para votar o projeto. O relator na Casa, Mauro Benevides Filho (União-CE), tem dito que vai manter o texto que veio do Senado. Por ser um projeto de lei complementar, a proposta precisa do voto de pelo menos 257 dos 513 deputados.

Nesse caso, o projeto volta ao Senado, que só pode aceitar ou rejeitar as alterações feitas pela Câmara, sem incluir novidades. É esse retorno que o governo quer evitar, porque ele atrasaria a sanção e, com ela, o fechamento do Orçamento de 2027, cuja votação final no Congresso está prevista para 17 de dezembro.

O texto vai à sanção. Lula tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta, no todo ou em parte. Eventuais vetos voltam ao Congresso, que pode derrubá-los em sessão conjunta. A lei entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União, mas isso não quer dizer que todas as medidas passam a valer no mesmo dia.

Depende da medida. A principal mudança de regra, que reduz de 2,5% para 2% o limite de crescimento real das despesas, vale a partir de 2027 e só nos anos em que o governo tiver de fazer contingenciamento. Já as novas regras de bloqueio, que permitem contingenciar gastos mesmo quando a projeção está dentro da meta e podem atingir despesas obrigatórias que não estão previstas na Constituição, não têm data própria e passam a valer com a publicação.

No corte de benefícios tributários, a data muda conforme o tributo. Para os que seguem a regra dos 90 dias (PIS/Cofins, CSLL, IPI e contribuição patronal), o efeito começa no primeiro dia do quarto mês depois da publicação. Se a lei sair em dezembro, por exemplo, isso significa abril. Para o Imposto de Renda das empresas e o Imposto de Importação, a mudança vale a partir de 1º de janeiro de 2027.

Os limites aos repasses da Lei Kandir e à compensação previdenciária entre o **INSS** e os regimes próprios de servidores (Comprev), esta de R$ 3 bilhões por ano, valem de 2027 a 2030. Já o trecho que permite tirar da meta fiscal até R$ 10,5 bilhões gastos com a subvenção ao diesel vale só para 2026.

Sim. A limitação ao uso de créditos tributários pelas empresas para pagar **tributos** federais, que pode render de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027, só pode ser acionada quando houver contingenciamento, e os percentuais serão definidos por ato do Executivo. A medida responde por quase um terço do impacto estimado do pacote.

O teto aos supersalários também não é automático. O texto dá prazo de 60 dias, contados da publicação da lei, para o Congresso votar um projeto sobre o tema.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/19/pacote-fiscal-passa-no-senado-entenda-os-proximos-passos-antes-de-medida-entrar-em-vigor.ghtml

Cena externa não vai ajudar Brasil, diz UBS

Após um período em que fatores de estresse, como juros globais pressionados, **inflação** persistente e tensões geopolíticas coexistiram sem afetar severamente os preços de mercados, o acúmulo desses desafios exige uma postura mais seletiva dos investidores para 2027, segundo Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management (GWM), e que acaba de assumir também a liderança da área de investimentos.

Se nos últimos anos, os emergentes foram beneficiados por um movimento global de diversificação de portfólios e pela trajetória de enfraquecimento do dólar, esse fluxo tem boas chances de ser interrompido em 2027 se a **inflação** nos Estados Unidos se provar persistente e o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) for forçado a puxar os juros. E sem um ambiente externo altamente favorável, sai de cena o amortecedor que mascarava as fraquezas locais.

"Muito do que melhorou no Brasil quando saiu lá do final de 2024 do câmbio de RS 6,30 para RS 5 e pouco, foi o [cenário] global, nào foi o doméstico. E essa força positiva é que a gente acha que não vai acontecer", afirma Srour, na primeira entrevista com o duplo chapéu. "A urgência de fazer o ajuste fiscal, de trazer o tripé macroeconômico fica maior quando nào se tem um cenário extremamente benéfico. Ele nem precisa ser ruim. Eu só acho que o fato de não ser tão bom quanto foi no passado já toma o senso de urgência aqui mais relevante."

Ela cita que a proposta fiscal que vem sendo discutida pelo governo trouxe um sentimento de frustração, está longe do ajuste que se espera para um país com um nível de endividamento de 84% do **PIB** c gastos crescendo perto de 5% a 5,5%. Srour critica a ideia de focar apenas no limite de gastos fora do teto ou tomar uma meta como âncora. A estratégia só funcionaria se esse objetivo fosse suficiente para trazer estabilização, caso contrário "não vai adiantar nada".

No relatório Year Ahead 2027, que traz cenários e estratégias globais de investimentos, uma das recomendações do UBS Global Wealth Management é a exposição a divisas emergentes, em estratégias de "carry trade" de arbitragem de juros, citando o real brasileiro como uma das moedas indicadas para essa exposição, ao lado do peso mexicano, do rand sul-africano eda rupia indiana.

Ronaldo Patah, chefe de estratégia de investimentos para o Brasil no UBS GWM, explica que esse é o tipo de operação que busca lucrar com o diferencial de juros entre moedas de economias com taxas mais baixas e aquelas onde o custo do dinheiro é mais elevado. Nào se trata de uma aposta na apreciação do real.

Patah diz que a preferência por ações globais foi rebaixada de "atraente" para "neutra". O mesmo movimento ocorreu com a classificação de mercados emergentes.

"Como o Brasil é parte de emer-ging markets e a gente sabe que depende muito do fluxo de estrangeiro, principalmente no mercado acionário, diminui um pouco a probabilidade de ter capital externo, independentemente do que está acontecendo no Brasil. Só pelo cenário global mais desafiador, diminui a probabilidade de fluxos positivos para o país."

Outro ponto de conexão entre o ambiente internacional e o doméstico é a pressào exercida pelas taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos, projetadas em 4,75% para os títulos de dez anos em 2027 no cená-rio-base do UBS, mais positivo. No mais estressado, a taxa dos Trcasu-ries podería chegar a 5,50%.

É um nível que impõe um limite físico para a queda das taxas de juros de longo prazo no Brasil, observa Patah. E com o nó fiscal, os títulos indexados à **inflação** já embutem taxas na casa de IPCA+ 8%, numa "dinâmica financeira que asfixia a economia real".

"Uma consequência é que a taxa de financiamento imobiliário, por exemplo, que é lastreada num papel de renda fixa longo, fornecida para um banco privado qualquer, já passa de 15% ao ano. Essa prestação nào cabe no bolso do brasileiro médio. E aí as vendas de imóveis vão cair, em consequência vai ter menos lançamentos e menos investimento."

Refletindo o cenário de incerteza fiscal e juros elevados, a estratégia de alocação para os investidores domésticos passou por ajustes defensivos. A recomendação para títulos indexados à **inflação**, que antes estava acima do neutro ("overweight"), foi reduzida para o nível neutro. A duração média para esses papéis foi encurtada de 6,5 anos para 5,5 anos. A renda fixa local (pós-fixada, prefixada e indexada à **inflação**) segue no centro das carteiras de alocação. A bolsa local permanece em

ponto neutro.

Srour vê dificuldades para o Banco Central (BC) retomar os cortes de juros, ainda que a economia desacelere, porque o ajuste fiscal não vai trazer um choque de credibilidade. E se nada for feito, o país voltará a discutir dominância fiscal. Para a **inflação**, ela avalia que o que está no Focus hoje ainda vai passar por revisões e o IPCA pode ficar acima de 6%, na hipótese de o câmbio nào se apreciar muito ou ficar onde está. Outros fatores de pressão estáo no El Nino, na **reforma tributária** e no fim da escala 6x 1, que vai provocar repasse relevante nos preços. A economista nào descarta uma recessão no Brasil para 2027, que "está se tomando cada vez mais provável".

"A urgência de fazer o ajuste fiscal, de trazer o tripé macro, fica maior quando não se tem um cenário benéfico" Solange Srour

Durigan nega que governo avalie mudar meta de inflação (poder)

Francisco Artur de Lima +

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, negou nessa quarta-feira que o governo avalia mudar a meta de **inflação**. Segundo ele, o ambiente econômico brasileiro fornece segurança para atrair investimentos. Não estamos discutindo nenhuma alteração na meta de **inflação** no Brasil. Construímos mercados de capitais fortes. Temos a janela certa para atrair capital e mostrar ao mundo que o Brasil é o lugar certo para investir, com compromissos ambientais, com compromissos sociais e com compromissos com a democracia , disse, em apresentação virtual na 16ª Edição do Bradesco BBI CEO Fórum, evento em Nova York, nos Estados Unidos, destinado a empresários e profissionais do mercado financeiro.

A declaração ocorre em meio a especulações de governistas de que o Executivo planeja aumentar a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como estratégia para que o Banco Central reduza a taxa básica de juros (Selic) - atualmente em 13,75% ao ano. Há também conversas entre aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que sejam estabelecidas formas de integrar as políticas econômicas do governo e as ações monetárias com o objetivo de estabilizar a **inflação** sem aumentar a Selic.

Embora reconheça haver especulações, Durigan ressaltou não ver o fortalecimento desse debate no PT. Não há risco de isso ganhar tração e se tornar uma posição majoritária no partido , frisou o ministro. Ele ainda negou que Lula tenha fechado questão sobre medida de controle de capital.

Durigan comentou também que o ajuste fiscal votado nessa quarta-feira no Senado não é o ideal e que o risco fiscal representa a chave que pode impactar os juros. Os resultados fiscais, os primários, que o governo pode controlar, melhoraram ao longo dos anos. Claro, não são ideais, e não estamos atendendo a todas as expectativas que o mercado nos impõe. O risco fiscal é um aspecto fundamental para explicar as taxas de juros, mas há outros presentes , argumentou.

Ao citar a projeção fiscal do governo e perspectivas para a redução da Selic, Durigan reconheceu expectativas do mercado de que o Brasil deve ter crescimento menor do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano que vem. Essa diminuição, segundo ele, não virá com recessão.

A participação de Durigan no evento ocorreu logo após um encontro do titular da Fazenda com Lula. A conversa entre os dois, no Palácio da Alvorada, teve como contextos as expectativas do mercado financeiro sobre quem assumirá a pasta no próximo governo e as negociações políticas para aprovação do pacote de ajuste fiscal no Senado.

De acordo com Durigan, a aprovação do pacote fiscal precede outras medidas. Isso não significa que não vamos apresentar como governo ou com os novos ministros que serão anunciados pelo presidente Lula novas medidas ou medidas adicionais mais estruturais para mostrarmos a todos, especificamente ao mercado, que nossos compromissos para os próximos anos, os resultados de superavit que vamos alcançar a partir de 2027 vão estar em crescimento , completou.

O titular da Fazenda ainda frisou que a implantação da **reforma tributária** terá impacto no aumento da produtividade. A medida de produtividade mais importante que adotamos nos últimos 34 anos foi a **reforma tributária**. Não foi aprovada no Congresso exatamente da maneira que pensamos inicialmente, mas acho que é uma medida muito importante. Trará mais racionalidade ao país , projetou.

A relação entre **reforma tributária** e produtividade foi feita um dia após Durigan participar de uma audiência, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sobre a medida que entrará em vigor no próximo ano.

Site:
https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/11/7540850-durigan-nega-que-governo-avalie-mudar-meta-de-inflacao.html

Dólar abre nesta quinta-feira, com foco no pacote fiscal e na estreia da Anthropic em Wall Street

Por Redação g1 - São Paulo

O dólar abriu a sessão desta quinta-feira (19), véspera de feriado no Brasil. Já as negociações do Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, começam às 10h.

Por aqui, a aprovação do pacote fiscal pelo Senado, na véspera, continua na mira dos investidores. As medidas para conter os gastos públicos podem ter impacto de até R$ 50 bilhões em 2027. No exterior, o foco fica com a estreia da Anthropic na Nasdaq, bolsa de tecnologia de Nova York.

??? Tem alguma sugestão de reportagem? Envie para o g1

?? No Brasil, o foco fica com o pacote fiscal no Senado. O governo tentou concluir a votação na véspera, mas a falta de acordo adiou a análise para hoje. Lula também já sinalizou que pretende fazer uma série de reuniões com integrantes do governo e com as lideranças do PT para debater a equipe econômica e medidas de controle das dívidas públicas.

?? O Senado concluiu a votação do ajuste fiscal nas contas do governo. Os senadores rejeitaram três mudanças no texto, propostas pela oposição, e fizeram acordo para incorporar as sugestões de outros dois. O projeto agora segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

?? A proposta ainda não foi suficiente para diminuir a desconfiança dos investidores em relação ao compromisso do governo com o controle da dívida pública. Essa preocupação, somada à cautela no exterior, contribui para pressionar o real e impulsionar o dólar. Saiba mais.

?? A política econômica também segue no foco. Na véspera, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, descartou discussões sobre mudanças na meta de **inflação** e afirmou estar preocupado com a desaceleração da economia, mas descartou uma recessão em 2027. O governo também reafirmou o cronograma da **reforma tributária**.

Veja abaixo mais detalhes sobre o dia nos mercados.

??Dólar

Acumulado da semana: +3,75%;Acumulado do mês: +7,76%;Acumulado do ano: +6,89%.

??Ibovespa

Acumulado da semana: -2,79%Acumulado do mês: -0,17%;Acumulado do ano: +5,39%.

Pacote fiscal pode ser votado hoje

O Senado Federal adiou para esta quarta-feira (18) a votação das propostas de mudanças no projeto de lei complementar (PLP) do ajuste fiscal do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que podem reduzir o impacto nas contas públicas, os chamados destaques.

A expectativa era que os destaques fossem votados na sessão de terça-feira (17), mas não houve acordo entre os senadores sobre quais propostas deveriam ser aprovadas ou rejeitadas.

Além disso, hoje os senadores ainda apresentaram outras sete novas emendas ao texto-base e que também deverão ser apreciados, mas apenas pelo relator da proposta, o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Na semana passada, o plenário aprovou, por 45 votos a 31, o texto-base de um pacote de medidas do governo federal para conter o crescimento dos gastos públicos e melhorar as contas públicas.

Segundo o Ministério do Planejamento, a proposta pode ter impacto de até R$ 60 bilhões em 2027: R$ 50 bilhões seriam destinados ao cumprimento das metas fiscais, enquanto outros R$ 10 bilhões abririam espaço no Orçamento para novas despesas, como o Pé-de-Meia Universitário.

Entre as principais medidas estão:

limites mais rígidos para o crescimento dos gastos públicos;possibilidade de bloquear temporariamente

determinadas despesas obrigatórias;redução de até 20% em alguns benefícios fiscais concedidos a empresas.

O texto também prevê mudanças no cálculo dos recursos mínimos destinados à saúde e estabelece um prazo para a regulamentação dos chamados supersalários do funcionalismo público.

?? O objetivo do governo é conter o crescimento da dívida pública sem comprometer políticas sociais. A aprovação do pacote também é considerada importante para que o Congresso avance na votação do Orçamento de 2027.

O pacote, no entanto, ainda não foi suficiente para diminuir a desconfiança do mercado sobre o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas.

Os investidores seguem aguardando sinais claros de que as medidas de ajuste fiscal avançarão no Congresso Nacional sem sofrer desidratação. Esse avanço político é considerado fundamental para ancorar as expectativas, reduzir o prêmio de risco e aliviar a pressão persistente sobre a curva de juros futuros e a cotação do dólar , afirmou a estrategista de ações da Nomad, Rebecca Nossig.

Lucro da Nvidia dobra e bate R$ 377,8 bilhões no 3º trimestre

A fabricante de chips Nvidia registrou um lucro líquido de US$ 65,3 bilhões (R$ 377,8 bilhões) no trimestre encerrado em outubro, um aumento de 105% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O faturamento da empresa ficou em US$ 115,8 bilhões (R$ 669,9 bilhões), alta de 103% em relação ao mesmo trimestre em 2025. Do total, US$ 107,6 bilhões (R$ 621,9 bilhões) estão ligados à venda de equipamentos para data centers, segmento que cresceu 110% no período.

Este é o primeiro balanço divulgado pela empresa após a renúncia do CEO Jensen Huang. O executivo deixou o cargo na última quinta-feira (12) em meio à polêmica com relacionamentos extraconjugais, suspeitas de espionagem chinesa e preocupações com a exportação dos chips avançados.

A China nega as acusações de espionagem. A Nvidia, por sua vez, afirmou não ter motivos para acreditar que segredos da empresa ou a segurança nacional dos Estados Unidos tenham sido comprometidos.

Na terça-feira, a companhia anunciou que criou um novo comitê ligado ao conselho administrativo para supervisionar suas políticas de segurança nacional, o cumprimento das regras de controle de exportações e a gestão de riscos comerciais.

Traição, espionagem e investigação: entenda o caso que expõe a Nvidia e seu CEO

Durante a divulgação do balanço, a empresa também anunciou que deixou de fornecer à China seus chips de inteligência artificial da série Hopper.

Os Hopper são chips de alto desempenho da Nvidia usados em centros de dados para treinar e executar sistemas de inteligência artificial, o que os torna estratégicos na disputa tecnológica entre EUA e China.

A decisão da Nvidia ocorre dois dias depois de os Estados Unidos anunciarem novas restrições para dificultar o acesso de empresas chinesas a chips avançados de inteligência artificial por meio de data centers instalados em outros países. A medida busca fechar brechas nas restrições já impostas à China.

No terceiro trimestre, as vendas de produtos Hopper para centros de dados licenciados para a China chegaram a US$ 2,4 bilhões [R$ 13,9 bilhões] , afirmou na terça-feira a CEO interina da Nvidia, Colette Kress, durante a apresentação dos resultados da empresa.

Mas nossas projeções já não incluem nenhum produto Hopper para centros de dados licenciado para a China. Também deixamos de enviar esses produtos ao país , afirmou. Kress não explicou o motivo da decisão.

Bolsas globais

Em Wall Street, os três principais índices americanos operavam mistos nesta quarta-feira, conforme investidores aguardavam a ata do Fomc.

Perto das 15h30, o Dow Jones caía 0,83%, enquanto o S&P 500 recuava 0,29% e o Nasdaq Composite tinha ganhos de 0,52%.

Já na Europa, a maioria dos índices fechou em queda, com investidores mais cautelosos enquanto aguardam a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Anthropic. O índice pan-europeu STOXX 600 caiu 1,03% na sessão, aos 644,05 pontos.

Entre os demais índices da região, o DAX, da Alemanha, caiu 1,19% e o CAC-40, da França, desvalorizou 0,85%. O FTSE 100, do Reino Unido, recuou 1,30%.

Na Ásia, os mercados acionários encerraram o pregão desta quarta-feira com sinais mistos, à medida que investidores repercutiram os resultados da Nvidia. As ações relacionadas ao setor de inteligência artificial puxaram a queda entre alguns dos índices, após as restrições mais duras por parte dos EUA.

O mercado também segue à espera da reunião entre os presidentes Donald Trump, Xi Jinping e Vladimir Putin, no primeiro encontro trilateral entre os líderes dos EUA, da China e da Rússia.

O SSEC, índice de Xangai, subiu 0,09%, enquanto o CSI 300, que reúne grandes empresas negociadas nas bolsas de Xangai e Shenzhen, avançou 0,18%. Já o Nikkei, do Japão, teve ganhos de 0,28% e o Kospi, da Coreia do Sul, valorizou 1,99%. Em Hong Kong, o índice Hang Seng registrou queda de 0,91%.

* Com informações das agências de notícias Reuters e France Presse.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/19/dolar-ibovespa.ghtml

É #FAKE que MP do imposto do pecado aumentará em 30% carga tributária sobre carros em 2027

Por Jorge Fofano

Circulam nas redes publicações sugerindo que o Imposto Seletivo (IS), conhecido como imposto do pecado , aumentará em 30% a carga tributária sobre todos carros no Brasil. É #FAKE.

? Siga o canal de Fato ou Fake no WhatsApp

?? Como é o post?

Publicado em 5 de novembro no X, onde já acumulou mais de 300 mil visualizações, um post diz: É imposto em cima de imposto nesse país. 30% a mais em imposto para carros vai virar artigo de luxo mesmo. Pobres e nem a classe média vão ter condição de comprar um carro. Surreal . A publicação exibe um print real do Diário Oficial da União com a data de 4 de novembro. O documento apresenta detalhes da Medida Provisória n.º 1.399: [O dispositivo] estabelece alíquotas e normas complementares aplicáveis ao Imposto Seletivo para o ano-calendário de 2027, em Regime de Implementação Gradual .

A citação ao documento é verdadeira, mas a alegação do post, não. O Fato ou Fake procurou a **Receita Federal**, que desmentiu o conteúdo. A nota, enviada por e-mail, diz: Não faz sentido a afirmação de que o Imposto Seletivo seria um imposto adicional de 30% sobre o que já é pago atualmente. Ele vem para substituir outros **impostos** que já são cobrados, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A definição de alíquotas do IS adota Regime de Implementação Gradual, para assegurar estabilidade regulatória e segurança jurídica, prevenir danos à saúde e ao meio ambiente e resguardar os compromissos assumidos pelo País em matéria de proteção da saúde e do meio ambiente .

Em 4 de novembro, o governo publicou a MP 1.399/2026, com possíveis alíquotas do tributo válidas a partir de 2 de fevereiro de 2027. O impacto sobre os preços dos produtos será conhecido somente após a tramitação da MP no Congresso Nacional.O IS incidirá sobre produtos e atividades considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, para desestimular seu consumo. A lista inclui bebidas alcoólicas, refrigerantes, cigarros e alguns veículos - quanto mais poluente, maior a alíquota: carros de passeio terão uma alíquota-base de 6,3%. O imposto do pecado vale ainda para extração de bens minerais, loterias, apostas e jogos de fantasy sports. Determinadas categorias de veículos terão alíquota zero, incluindo aqueles adquiridos por pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro autista e por motoristas profissionais que utilizem o automóvel na categoria de aluguel (como táxi), desde que observadas as condições previstas na medida.A medida prevê a não incidência sobre caminhões com peso bruto total igual ou superior a 3,5 mil quilos, exceto picapes, além de veículos, aeronaves e embarcações com características técnicas específicas destinados ao uso operacional das Forças Armadas ou dos órgãos de Segurança Pública.

A maior alíquota do IS para automóveis será de 30%, estabelecida apenas para carros de passeio a diesel com potência superior a 290 kW (caso de importados de luxo como Porsche Panamera 4S Diesel e o Audi Q7 V12 TDI). Mas, mesmo nesse caso, tanto quanto **Receita Federal** e quanto uma advogada tributarista consultada pelo Fato ou Fake explicam que não haveria aumento de 30% sobre a carga tributária já vigente. Isso porque o IS substitui o IPI, que será zerado a partir de fevereiro do ano que vem.

?? Por que é #FAKE?

A **Receita Federal** explica: Nem a **reforma tributária** nem a MP nº 1.399/2026 criaram uma alíquota única de 30% do Imposto Seletivo para todos os automóveis. O IS varia conforme características ambientais e de eficiência energética de cada modelo, podendo resultar em alíquotas diferentes, inclusive reduzidas ou nulas em determinados casos .

E prosseguiu: Além disso, as postagens ignoram que os automóveis já são tributados atualmente pelo IPI. O Imposto Seletivo não deve ser comparado com uma carga tributária de zero, mas com a tributação já existente sobre veículos. A publicação compara o Imposto Seletivo com uma carga tributária inexistente. Qualquer comparação séria entre o regime atual e o novo regime deve considerar simultaneamente IPI,

PIS, Cofins, contra CBS e Imposto Seletivo, e não apenas uma alíquota isolada do IS .

O órgão destaca ainda que, no regime atual de tributação, os automóveis estão sujeitos a alíquotas relevantes do IPI , normalmente situadas na seguinte faixa:

Veículos mais eficientes energeticamente (elétricos) - Alíquota de IPI de 5,27%. Grande parte dos automóveis de passeio - Alíquota de IPI situada entre 8% e 15%. Veículos de maior potência ou enquadramento menos favorecido: alíquota de IPI de até aproximadamente 20%.

Já no regime que valerá a partir de fevereiro de 2027, os carros de passeio terão uma alíquota-base de 6,3% do IS.

Ela pode subir ou cair após ser corrigida com base em cinco critérios: motorização e combustível; eficiência energética; potência; desempenho estrutural e assistências ao motorista; e reciclabilidade veicular. Após essas correções, o resultado é multiplicado por 1,21, obtendo-se, desse modo, alíquotas que variam entre 0% e 30%.

Joselene Poliszezuk, advogada tributarista do Poliszezuk Advogados, explica que a alíquota de 30% do IS , mencionada na post, foi estabelecida apenas para o caso mais extremo da tabela de incidência do imposto sobre automóveis: corresponde a carros de passeio movidos a diesel e com potência superior a 290 kW.

O carro popular não paga 30%. Carros flex, sem ajustes, devem pagar alíquota de 7,62%, enquanto carros elétricos pagarão alíquota de 5,20%, podendo cair mais a depender da eficiência, segurança e reciclabilidade do veículo. O desenho premia o veículo menos poluente e mais eficiente e pesa mais sobre o diesel, a gasolina pura e os motores muito potentes, de modo que o teto do IS de 30% corresponde a carros movidos a diesel, com motor acima de 290 kW. Nesse caso, a conta do imposto é: (6,3% + 12% + 6,5%) × 1,21 ~ 30,0% .

Mas isso não significa que a carga tributária total sobre essa categoria específica de carros de passeio terá aumento geral de 30%. Questionada, a Receita diz:

Não chega nem perto de 30% de acréscimo aos valores já vigentes .

A tributarista Joselene Poliszezuk faz uma avaliação convergente:

Não vai chegar a 30% a mais, porque o IPI sai. Além disso, a base de cálculo que é utilizada para o IS, em comparação com o IPI, é menor .

Ela também lembra que esse modelo de tributação -- de alíquotas variáveis conforme a eficiência e o impacto ambiental do veículo -- já é aplicado atualmente para a cobrança de IPI em automóveis comprados pelo programa Mover (Decreto 12.549/2025).

?? Transição neutra em 2027

Poliszezuk destaca que, caso a MP do Imposto Seletivo seja aprovada pelo Congresso da forma que está, ela pode não implicar aumento da carga tributária total no ano que vem:

O desenho é de substituição do IPI, sem aumento de carga. A MP traz mecanismos expressos de neutralidade e a arrecadação estimada do Imposto Seletivo será usada para reduzir a alíquota de referência da CBS (imposto que substituirá Pis e Cofins) em 2027 (artigo 16º da **reforma tributária**). Além disso, qualquer redução dos fatores de conversão só pode ser feita com a compensação correspondente nas alíquotas da CBS e do IBS (artigo 3º, parágrafos 3º e 6º), ou seja, o que se arrecada a mais em um tributo deve ser compensado no outro .

A MP ainda atribui ao governo o compromisso de enviar até 31 de maio de 2027 um novo projeto de lei para definir as alíquotas permanentes do IS, que serão válidas a partir de janeiro de 2028. Nesse sentido, a expectativa é que as alíquotas finais do IS possam ser mais altas:

A MP faz do IS em 2027 um substituto calibrado do IPI, com a promessa de carga neutra. O debate sobre aumento de tributação é real, mas fica para o projeto de lei de 2028, quando o Congresso decidirá o quanto o imposto do pecado vai efetivamente pesar sobre cada produto. A expectativa é que as alíquotas definitivas sejam mais altas para os produtos mais nocivos. Ainda assim, a lógica constitucional é de compensação: o que o IS arrecadar reduz a alíquota da CBS. A carga total sobre o consumo não deveria subir, mas o peso se desloca do consumo em geral para esses produtos .

Veja também

Vídeo mostra homem tomando banho com fogo em fonte natural de água na Rússia

VÍDEOS: Os mais vistos agora no g1

VÍDEOS: Fato ou Fake explica

VEJA outras checagens feitas pela equipe do FATO ou FAKEAdicione nosso número de WhatsApp +55 (21) 97305-9827 (após adicionar o número, mande uma saudação para ser inscrito)GloboPop: clique para ver vídeos do palco de Fato ou Fake

Site: https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2026/11/19/e-fake-que-mp-do-imposto-do-pecado-aumentara-em-30percent-carga-tributaria-sobre-carros-em-2027.ghtml

Contagem voto a voto, fator Alcolumbre e reuniões a portas fechadas: os bastidores da vitória do governo no ajuste fiscal

Luísa Marzullo

Depois de uma terça-feira marcada por negociações frustradas e falta de votos, o governo mudou de estratégia para conseguir concluir a votação do pacote de ajuste fiscal no Senado na quarta-feira.

Em vez de insistir em um acordo amplo com a oposição, a base governista concentrou esforços nos parlamentares do Centrão, enquanto o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), se reunia a portas fechadas com senadores para superar as resistências ao texto.

A articulação contou com a participação direta do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), e uma contagem voto a voto que se estendeu ao longo de quarta-feira. Em menos de duas horas de sessão, o governo conseguiu derrubar três destaques e fechar um acordo para a retirada do último.

A mudança de estratégia foi definida após o impasse da véspera. Na terça-feira, o governo chegou a avaliar a apresentação de um parecer suplementar com concessões para tentar evitar derrotas, mas as negociações não avançaram diante da resistência da oposição. Os oposicionistas insistiam em retirar do projeto as restrições à compensação tributária das empresas, consideradas um dos principais pilares do ajuste fiscal. Sem segurança de que conseguiria preservar o dispositivo, a base concordou em adiar a votação.

Naquele dia, Alcolumbre se reuniu com Braga, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. O grupo discutiu alternativas para evitar que os destaques reduzissem o impacto fiscal do pacote.

Nesta quarta-feira, a orientação passou a ser buscar os votos necessários para derrotar os destaques, sem condicionar o avanço da proposta a um entendimento com a oposição. Braga passou a manhã em reuniões reservadas com senadores do Centrão, enquanto integrantes da base governista refaziam as contas e acompanhavam, parlamentar por parlamentar, os apoios disponíveis para cada votação.

O adiamento também permitiu ao governo recuperar votos de aliados que não conseguiram participar da sessão de terça-feira. Segundo Randolfe, três senadores da base estavam em voos e não tiveram condições de retornar a Brasília a tempo. A articulação ao longo do dia seguinte também ampliou o apoio à proposta, inclusive entre parlamentares que inicialmente não estavam na conta dos governistas.

- Nós tínhamos três colegas da nossa base que estavam voando, estavam dentro do avião e não conseguiam voltar. Nós recuperamos esses votos e começamos a dialogar com mais senadores para ampliar a votação - afirmou Randolfe.

Entre os votos conquistados, o líder citou o senador Romário (PL-RJ), que passou a apoiar o texto após as negociações em torno da redução temporária dos repasses da Lei Kandir a estados e municípios. Randolfe afirmou que o governo já contava com votos suficientes na véspera, mas não tinha a mesma margem de segurança alcançada nesta quarta-feira.

- Ontem, tínhamos votos, mas não com o conforto que tivemos hoje. E nós tentamos esgotar todo o diálogo com a oposição - disse.

A atuação de Alcolumbre também ganhou peso nessa etapa. O presidente do Senado participou da articulação para recompor a maioria e foi apontado por governistas como um dos responsáveis pela mudança no cenário. Nos bastidores, integrantes da base passaram a chamar o resultado da votação sobre compensação tributária de "efeito Alcolumbre".

O dispositivo era o principal foco de preocupação do Planalto. A proposta permite restringir o uso de créditos tributários pelas empresas para quitar **impostos** federais e pode representar entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões em receitas adicionais em 2027. Sua retirada comprometeria uma parcela expressiva do impacto fiscal estimado pelo governo.

Moretti também esteve no plenário durante a sessão, acompanhando a votação de perto. Do outro lado, a oposição compareceu em peso. Parlamentares eleitos

pelo PL, entre eles Carlos Bolsonaro e Caroline de Toni, também foram ao Senado acompanhar a análise do pacote. A mobilização, porém, não se traduziu em votos suficientes para alterar o texto.

A ordem de análise dos destaques provocou desconfiança entre oposicionistas. Alcolumbre decidiu começar pela proposta de Rogério Marinho (PL-RN), que apresentava uma alternativa ao ajuste do governo baseada em maior contenção de despesas e redução de subsídios. Senadores da oposição interpretaram a escolha como uma tentativa de impor uma derrota ao líder oposicionista logo na abertura da sessão e enfraquecer a pressão sobre os demais dispositivos.

A emenda de Marinho foi rejeitada por 47 votos a 30. Na sequência, o governo também conseguiu preservar o limite de R$ 3 bilhões anuais para os pagamentos da compensação previdenciária entre 2027 e 2030. Na votação sobre a compensação tributária, considerada a mais sensível pela equipe econômica, a base reuniu 49 votos para manter o dispositivo.

- Ontem vocês acompanharam que não tínhamos votos. Então fizemos muito trabalho de ontem para hoje, com a construção do presidente Davi Alcolumbre - afirmou o ministro José Guimarães, ao comemorar o resultado.

A última pendência foi resolvida por meio de um acordo sobre os repasses da Lei Kandir, negociado por Braga ao longo do dia. Pelo texto-base, os pagamentos da União a estados e municípios cairiam de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano entre 2027 e 2030, com o saldo acumulado de R$ 12 bilhões quitado até 2037.

Após as negociações, ficou acertado que os repasses cairão para R$ 2 bilhões em 2027 e começarão a ser recompostos no ano seguinte, até alcançar a integralidade em 2030. A concessão permitiu a retirada do último destaque da oposição, encerrando a análise do projeto no Senado.

A conclusão da votação em menos de duas horas contrastou com o cenário da véspera, quando o governo não tinha segurança de reunir os votos necessários. Na semana passada, o texto-base havia sido aprovado por 45 votos a 31, apenas quatro acima do mínimo exigido para projetos de lei complementar.

Com o resultado, o pacote segue para a Câmara dos Deputados, onde a expectativa do governo é votar a proposta na próxima terça-feira. Segundo Randolfe, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), participa das negociações sobre o projeto desde a semana passada e tem demonstrado disposição para garantir sua aprovação sem alterações.

- A base está consolidada para apoiar o texto do projeto e, junto com isso, nós temos a sensibilidade também do presidente da Câmara, e isso conta muito. Então, eu arrisco dizer que nós vamos ter uma votação lá na Câmara tão confortável quanto tivemos aqui no Senado - afirmou Randolfe.

O líder avaliou ainda que as dúvidas sobre a necessidade do ajuste fiscal foram esclarecidas, inclusive após Moretti apresentar a proposta aos deputados na terça-feira. O ministro deve se reunir com Motta nos próximos dias para definir a tramitação. A intenção é aprovar o texto sem mudanças, evitando que a proposta precise retornar ao Senado.

Em acordo, também foram acatadas três emendas ao texto final do projeto de ajuste fiscal. Uma delas foi de autoria da líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS). A proposta garante que os créditos das contribuições para PIS/Cofins não aproveitados até a extinção dessas contribuições continuem válidos e possam ser usados para compensar a Contribuição sobre Bens e Serviço (CBS), criado pela **Reforma Tributária**.

Outras duas foram do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Uma reduz de 120 dias para 60 dias o prazo o Congresso aprovar um projeto para reduzir os supersalários do funcionalismo. Outro dispositivo diz que, quando o resultado das contas do governo for inferior a 0,5% do **PIB**, o Poder Executivo apresentará as causas do resultado e as medidas previstas para a sua melhoria.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou essas mudanças não reduzem o impacto calculado pelo governo com as medidas.

- Para 2027, segue a ordem de grandeza de R$ 50 bilhões para a gente fazer a consolidação fiscal que o país precisa com justiça social, mantendo os nossos programas sociais - disse o ministro, após a votação do projeto no Senado.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/19/contagem-voto-a-voto-fator-alcolumbre-e-reunioes-a-portas-fechadas-os-bastidores-da-vitoria-do-governo-no-ajuste-fiscal.ghtml

Secretário vê "modus operandi" no setor

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem que o suposto esquema de sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro apontado em três operações recentes contra bets é um "modus operandi espalhado pelo setor de apostas no Brasil". Em agosto, as Operações Jogo de Sombra e Arena miraram a Betnacional e a Pixbet.

"A operação é decorrente do trabalho de inteligência feito em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e desvenda um modus operandi que agora fica bastante claro que é estendido, infelizmente, a uma boa parte do setor de jogos e apostas no Brasil", afirmou o chefe da Receita. Barreirinhas, porém, disse não poder afirmar se todas usam o mesmo expediente.

A Cash Out conseguiu bloquear mais de R$ 2,3 bilhões em ativos financeiros da Esportes da Sorte. O montante é superior ao valor bloqueado nas duas primeiras operações, respectivamente R$ 191 milhões e R$ 1 bilhão. As ilegalidades apontadas em relação às três empresas são semelhantes e estariam concentradas no período entre 2018 e 2024, antes do início do funcionamento autorizado pelo governo federal.

Segundo as investigações, as empresas simulavam o funcionamento no exterior, mas tinham toda a operação no Brasil.

O esquema remetia recursos ao exterior e usava subterfúgios para trazê-los de volta sem pagar **impostos**, como por meio de contratação de prestadores de serviço ligados ao grupo e comuso de laranjas para suposto pagamento de prêmios.

No caso da Esportes da Sorte, segundo o procurador do MPF Fábio George Nóbrega, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, as irregularidades se mantiveram mesmo depois do início do funcionamento do mercado regulado, em 2025.

"As ilegalidades não existem apenas no período que não tinha outorga. Mesmo a partir de 2025, há evidências de que se montou estrutura de lavagem de dinheiro e evasão de divisas significativa. Dados indicam que a movimentação real seria de R$ 11 bilhões, quando valores efetivamente declarados foram de R$ 2 bilhões", afirmou.

Como mostrou o Estadão, a Esportes da Sorte é suspeita de ser ligada ao jogo do bicho de Pernambuco, onde já foi investigada pela polícia estadual na Operação Integration, que acabou esvaziada. O inquérito da Integration, deflagrada em setembro de 2025, aponta "relação umbilical" entre a Caminho da Sorte, notória banca de jogo do bicho, e a plataforma Esportes da Sorte. A empresa nega essa relação. l

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Custo Brasil chega a R$ 3,5 tri ao ano, 27,5% do PIB, diz estudo

GEOVANA BOSAK

Quanto o chamado custo Brasil, medida do grau de adversidade para se empreender no País, significaria em reais? Estudo do Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio técnico da Monitor Deloitte, fez essa conta e chegou a um custo de R$ 3,5 trilhões por ano, o equivalente a 27,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025. O levantamento aponta avanços do País em indicadores como escolaridade, digitalização dos serviços públicos e abertura de empresas, mas também mostra aumento dos custos logísticos e da carga tributária do setor privado.

A estimativa reúne custos adicionais provocados por entraves que encarecem a produção, a contratação e o investimento no País. A nova edição reorganizou os indicadores em sete grandes eixos e incorporou, pela primeira vez, custos relacionados à insegurança, à ilegalidade e aos juros reais.

Considerando apenas os componentes já presentes nas edições anteriores, o custo Brasil passou de 22% do **PIB**, em 2018, para 19,5% em 2021 e voltou a 22,8% em 2025. Em valores nominais, foram R$ 1,5 trilhão, R$ 1,7 trilhão e R$ 2,9 trilhões, respectivamente.

Como os cálculos com insegurança, ilegalidade e juros reais não faziam parte das medições anteriores, os R$ 3,5 trilhões não são diretamente comparáveis aos R$ 2,9 trilhões calculados para 2025 na série histórica.

Para os autores do estudo, a relação com o **PIB** é a referência mais adequada, já que o valor nominal tende a crescer com a própria expansão da economia.

A comparação com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, bloco que reúne os países desenvolvidos) permite avaliar se a melhora dos indicadores brasileiros também reduziu a desvantagem do País. "Não basta o Brasil avançar. O País também precisa avançar mais rápido que a OCDE para a gente ter uma redução desses gargalos", diz Tatiana Ribeiro, diretora executiva do MBC.

Em escolaridade, por exemplo, a média brasileira passou de 9,4 para 10,2 anos de estudo entre 2018 e 2025, enquanto a referência da OCDE avançou de 12,1 para 12,4 anos. Com isso, a diferença recuou de 2,7 para 2,2 anos.

O País também reduziu a distância em eficácia regulatória e teve avanços na abertura de empresas, na complexidade tributária e na digitalização dos serviços públicos. Neste último caso, a evolução foi considerada suficiente para que o indicador deixasse de ser tratado como um gargalo relevante.

Medidas como o gov.br, a Redesim, a Lei da Liberdade Econômica e a ampliação das análises de impacto regulatório contribuíram para esse processo.

CUSTO LOGÍSTICO. O custo logístico passou de 12,2% do **PIB** em 2018 para 15,5% em 2024, enquanto na OCDE caiu de 10,1% para 9,8%. A diferença entre os dois passou de 2,1 para 5,7 pontos porcentuais. A piora ocorre mesmo após um ciclo recorde de concessões e Parcerias Público- Privadas (PPPs).

Segundo Luiz Paulo Pereira Assis, sócio-líder da Monitor Deloitte, os investimentos contratados ainda podem produzir efeitos no médio prazo, já que obras de infraestrutura têm maturação longa e dependem de etapas como licenciamento e atuação das agências reguladoras.

Ele lembra que o País investe cerca de 2% do **PIB** em infraestrutura, abaixo dos 4% necessários apenas para a manutenção da estrutura existente.

Além disso, a forte dependência do transporte rodoviário contribui para o custo logístico elevado, pois deixa o País mais exposto às variações nos preços dos combustíveis e dos fretes. O custo de capital é outro fator negativo, pois juros altos encarecem o financiamento dos projetos de infraestrutura e pressionam os preços dos serviços de transporte.

A carga tributária do setor privado passou de 16,3% do **PIB** em 2018 para 17,5% em 2025. Na OCDE, subiu de 14,6% para 14,7%, levando a diferença entre o País e a referência internacional a passar de 1,4 para 2,8 pontos porcentuais.

O estudo estima em R$ 366 bilhões o custo adicional associado aos **tributos** em 2025, considerando a retomada do PIS/Cofins sobre combustíveis,

alterações no tratamento de incentivos de ICMS e a tributação de fundos exclusivos e offshores.

De acordo com Assis, a metodologia também considera o impacto da informalidade na arrecadação, mas dentro do eixo tributário.

No eixo do financiamento, o custo estimado é de R$ 648 bilhões, dos quais R$ 363 bilhões correspondem aos juros reais, além de spread bancário e risco país.

No eixo segurança, o estudo estima R$ 192 bilhões em custos associados à insegurança e à ilegalidade, com impactos sobre o transporte de cargas, as operações comerciais e a concorrência em mercados selecionados. A inclusão desses componentes veio de uma consulta ao setor produtivo, que apontou problemas não contemplados nas versões anteriores.

Dos sete eixos da nova metodologia, infraestrutura representa R$ 805 bilhões; capital humano, R$ 681 bilhões; e financiamento, R$ 648 bilhões.

Juntos, os três concentram mais de R$ 2,1 trilhões, cerca de 62% do custo Brasil. Os demais eixos são **tributos** (R$ 457 bilhões), ambiente jurídico/regulatório (R$ 451 bilhões), integração às cadeias produtivas globais (R$ 227 bilhões) e segurança (R$ 192 bilhões).

O MBC ressalta que os R$ 3,5 trilhões representam uma estimativa dos custos adicionais associados aos entraves analisados, e não perda direta de **PIB** ou um valor que poderia ser automaticamente recuperado caso os problemas fossem eliminados.

Para o MBC e a Monitor Deloitte, os resultados mostram uma combinação de avanços e gargalos persistentes. Eles avaliam que a redução do custo Brasil depende de medidas de médio e longo prazo e de coordenação entre União, Estados, municípios, Legislativo e Judiciário.

l

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Justiça suspende licitação do Senado para iPhones

PEPITA ORTEGA pepita.ortega@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA "high end"

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu a licitação anunciada pelo Senado Federal para a contratação de serviços de telefonia, com o fornecimento de celulares, inclusive iPhones, em comodato - uma espécie de empréstimo. A justiça fixou ainda o prazo de cinco dias para que o Senado comprove o cumprimento da ordem judicial, sob pena de multa diária de R$ 50 mil. O valor total estimado do pregão é de R$ 6,04 milhões.

A contratação barrada pela Justiça previa o fornecimento de 95 iPhones 18 Pro, o mais recente da Apple, e 330 smartphones de outros modelos, além de chips de dados, modems e serviços como ligações e roaming internacional. Os aparelhos seriam fornecidos em regime de comodato e deveriam ser substituídos após dois anos de uso. A regra valia para os celulares dos dois tipos previstos no edital: os iPhones e os modelos intermediários.

A substituição após dois anos seria feita por causa da "evolução tecnológica". No caso dos iPhones, o edital determinava que o novo aparelho fosse "o melhor aparelho da categoria disponível para o mercado corporativo eque atenda aos requisitos técnicos estabelecidos ".

Em nota, o Senado informou que o pregão "segue rigorosamente" a lei de licitações e "não trata da compra direta de aparelhos, mas da contratação continuada de voz, dadose roaming por quatro anos com fornecimento de aparelhos em comodato (empréstimo), modelo padrão na Administração Pública".

Sobre a suspensão determinada pela Justiça, a Casa destacou que vai prestar "todos os esclarecimentos" requisitados no processo, "reafirmando seu compromisso coma legalidade e a transparência ". O Parlamento também disseque o valor estimado para a contratação foi reduzido de R $6,04 milhões para R$ 4,95 milhões.

AÇÃO POPULAR

A decisão foi assinada pelo juiz Arthur Pinheiro Chaves, da 18ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Distrito Federal, na última terça-feira. O magistrado atendeu um pedido do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que entrou com uma ação popular contra o pregão previsto pelo Senado.

A Justiça Federal determinou a suspensão ao avaliar que a sessão pública do pregão estava prevista para o dia 27 e os "atos de homologação, adjudicação e assinatura do contrato" poderiam ser praticados a "qualquer momento".

Assim, foi considerado que, se o pregão fosse realizado e o contrato celebrado, sua invalidação posterior seria "substancialmente mais onerosa para a administração, inclusive em razão de possíveis pretensões indenizatórias da contratada em face da União".

"Aurgênciaé, portanto, concreta e contemporânea, decorrendo do próprio cronograma do certame", justificou.

O magistrado ressaltou que a finalidade pública do serviço é plenamente atendida por celulares intermediários, e que a exigência do modelo no topo da linha de consumo, com previsão de troca após 24 meses pelo "melhor aparelho da categoria high end", desrespeita esse limite legal.

A licitação do Senado virou motivo de críticas tanto entre parlamentares da base do governo Lula quanto entre bolsonaristas. No campo governista, a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) a suspensão imediata da licitação. "O dinheiro do pagador de **impostos** não serve para bancar luxo corporativo no Poder Legislativo," publicou Tabata na rede.

A deputada federal eleita Ana Elisa (PT-MG) criticou o que chamou de "auxílio iPhone" e disse que a licitação "não é culpa do Lula".

- Uma pessoa que recebe R$ 40 mil não precisa de auxílio iPhone. Ela tem condição de comprar o próprio iPhone, que seja parcelado ou que seja o que for - disse a petista em vídeo nas redes sociais.

Já Nikolas afirmou em postagem nas redes sociais que "Você paga, o Senado ganha!".

- Porque enquanto isso, você faz uma breve pergunta para o ChatGPT, o que daria para fazer com 6 milhões de reais de políticas públicas? Sessenta viaturas equipadas, 12.000 exames, 3.000 cirurgias, 600 ligações domiciliares de esgoto, 40 moradias, reformar 20 escolas, 60 poços artesianos -afirmou em vídeo o deputado.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Brasileiro pode investir via BDR ou comprar papel nos EUA

MAYRA CASTRO mayra.castro@oglobo.com.br

Brasileiros interessados na abertura de capital da Anthropic, criadora do Claude, têm alternativas. Com a estreia na Nasdaq, a Bolsa americana de empresas de tecnologia, hoje, a companhia terá BDRs - certificados que representam ações no exterior - negociados na B3, com preço inicial estimado abaixo de R$ 100. Outra hipótese é comprar diretamente as ações nos EUA, por meio de plataformas como Nomad, Avenue e XP.

O preço pago poderá ser diferente do definido no IPO. Mas vale destacar que a possibilidade de investir valores menores não elimina os riscos: tanto as ações quanto os BDRs podem oscilar conforme os resultados da Anthropic, as expectativas para o setor de inteligência artificial e a variação do dólar.

Ao comprar o BDR, o investidor adquire recibo lastreado nas ações da companhia e não o papel em si negociado nos

EUA. A operação é feita em reais, sem precisar abrir conta no exterior ou enviar dinheiro para fora do país. O BDR da Anthropic será negociado na B3 pelo código ANTH34, em reais. Para comprar, é necessário ter conta em corretora ou instituição financeira habilitada e acessar a plataforma de negociação, o home broker .O processo é similar ao da compra de ações brasileiras.

Segundo a B3, cada ação da Anthropic nos EUA corresponderá a oito BDRs no Brasil. Essa divisão permitirá preço inicial abaixo de R$ 100 por certificado. O valor efetivo dependerá da cotação da ação no exterior, do câmbio e das condições de negociação. "Esta é a segunda vez que a Bolsa brasileira disponibiliza um BDR simultaneamente à estreia de uma companhia no mercado americano, replicando o movimento realizado no IPO da SpaceX, em junho", afirmou, em nota, Luiz Masagão, vice-presidente de Produtos e Clientes da B3.

Para comprar diretamente nos EUA, o investidor precisará ter conta de investimentos com acesso ao mercado americano e saldo em dólares, como as oferecidas por plataformas como Avenue e Nomad, ou outras destinadas a clientes de mais alta renda. A compra será da própria ação da companhia, negociada na Nasdaq sob o código ANT.

CUSTOS DA OPERAÇÃO

Na Nomad, a compra de frações de ações parte de US$ 1, sem corretagem, a partir de hoje. Os custos de envio de recursos para investimentos incluem o dólar comercial, uma taxa de conversão a partir de 1%, conforme o nível do cliente no programa Nomad Pass, e IOF de 1,1%. Na Ave nu e, os valores mínimos e as condições de câmbio e negociação devem ser consultados na plataforma.Nacomp rad eBDRs no Brasil, o investidor deve verificar as tarifas da corretora e os custos de negociação na B3.

Na conta internacional da XP, a corretagem varia de US$ 1 a US$ 8,60 por ordem. A instituição informa que oferece duas operações sem corretagem por mês, além de descontos conforme o segmento do cliente. Também devem ser considerados os custos de câmbio e os **tributos** aplicáveis ao envio dos recursos.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Em ata, maioria dos dirigentes do Fed defende alta dos juros em dezembro

CHRISTOPHER RUGABER

Quase todos os integrantes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) consideram necessário elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto porcentual em dezembro. Alguns, porém, defenderam um aumento já em outubro, enquanto dois disseram que uma alta de 0,5 ponto porcentual no próximo mês deveria ser considerada. As informações constam da ata da reunião de política monetária realizada nos dias 27 e 28 de outubro, divulgada ontem.

O documento também revela a preocupação da ampla maioria dos 19 integrantes do comitê de política monetária (Fomc, na sigla em inglês) com a persistência da **inflação**.

Para eles, a pressão sobre os preços pode continuar mesmo que a gasolina fique mais barata e diminuam os efeitos das tarifas de importação e dos investimentos na infraestrutura de inteligência artificial (IA).

A ata reforça as expectativas de novos aumentos dos juros em dezembro e no início de 2027. Investidores já atribuem probabilidade próxima de 95% a uma elevação da taxa no próximo mês, segundo o CME FedWatch - plataforma do CME Group que calcula, em tempo real, as probabilidades implícitas do mercado para as decisões de taxa de juros.

PRESSA. Em outubro, o Fed manteve a taxa básica entre 3,75% e 4%, depois de elevá-la pela primeira vez em três anos em setembro. Na entrevista coletiva após a reunião, em 28 de outubro, o presidente da instituição, Kevin Warsh, evitou antecipar os próximos passos do banco central. O **comunicado** divulgado na ocasião, porém, reconheceu que a **inflação** continua elevada.

Segundo a ata, alguns integrantes do comitê defenderam uma alta dos juros já em outubro. As dirigentes Lisa Cook e Beth Hammack, presidente do Federal Reserve de Cleveland, divergiram formalmente da decisão e votaram por uma taxa mais alta.

Neste ano, o presidente dos EUA, Donald Trump, tentou demitir Cook, mas a Suprema Corte decidiu, em junho, que ela poderia permanecer no cargo enquanto o caso estivesse em julgamento.

A **inflação** nos Estados Unidos (medida pelo CPI) teve alta mensal de 0,4% em outubro, após ter alcançado 3,7% na taxa anual em setembro de 2026, bem acima da meta de 2% do Fed.

Em entrevista à CNBC ontem, o diretor do Fed Christopher Waller afirmou que a **inflação** está "se espalhando" por mais bens e serviços. Integrante do conselho de diretores da instituição, ele voltou a defender uma elevação de 0,5 ponto porcentual em dezembro, o dobro do movimento usual. Segundo Waller, podem ser necessários vários aumentos adicionais, e não apenas os dois previstos por muitos economistas, para conter a pressão sobre os preços.

AÇÃO. A ata indica que outro integrante do comitê também considerou que uma alta de 0,5 ponto porcentual deveria entrar na discussão em dezembro.

O documento, porém, não identifica os autores de cada manifestação nem esclarece se esse participante tem direito a voto. Dos 19 integrantes do comitê, 12 votam nas decisões sobre os juros, embora todos participem das discussões.

Em sentido contrário à defesa de uma alta mais agressiva, John Williams, presidente do Fed de Nova York e vice-presidente do comitê de política monetária, descartou a necessidade de um aumento de 0,5 ponto porcentual.

"Não acho que a situação exija medidas drásticas", disse à Axios na terça-feira.

Outros dirigentes também consideram que o combate à **inflação** exigirá novas elevações dos juros. Alberto Musalem, presidente do Fed de St. Louis, afirmou na terça-feira, durante discurso em Buenos Aires, que a economia provavelmente precisará de vários aumentos da taxa básica antes da primavera de 2027. Ele manifestou preocupação com a disposição crescente das empresas de repassar custos mais altos aos consumidores. "É essa pressão inflacionária que queremos evitar", afirmou. l AP

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Dólar vai a R$ 5,86 com incerteza fiscal e externa

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

A avaliação de que o pacote fiscal do governo é insuficiente e o aumento das apostas de alta nos juros americanos nos próximos meses voltaram a pressionar os indicadores ontem. O dólar subiu 1,46%, a R$ 5,86, e renovou a máxima em 19 meses. Na Bolsa, o Ibovespa fechou em baixa de 1,3%, a 167.538 pontos, e os juros futuros voltaram a avançar.

A alta do câmbio ocorreu mesmo com uma intervenção de US$ 1 bilhão realizada pelo Banco Central (BC), que fez um leilão de linha da moeda americana (com compromisso de recompra futura) para aumentar a liquidez no mercado.

Rodrigo Ashikawa, economista da Principal Asset, afirma que, do lado doméstico, pesam a indefinição de nomes da equipe econômica do Lula 4.0 e medidas críveis para reverter a trajetória crescente da dívida pública.

- Não temos grandes sinalizações de qual será a política fiscal daqui para a frente, o que acaba explicando essa deterioração dos ativos locais - diz ele, que vê na escolha do próximo ministro da Fazenda a primeira medida que "daria um norte" ao mercado.

Ashikawa avalia que o fato de Dario Durigan indicar que o atual pacote é o primeiro de uma série de medidas não foi capaz de acalmar o mercado, porque o ministro da Fazenda não é visto como o chefe da pasta no próximo mandato.

A alta do dólar fortalece as apostas de **inflação** maior, o que faz os juros futuros subirem. A Taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 passou de 14,40% na véspera para 14,535%. Para janeiro de 2030, avançou de 14,97% para 15,15%.

Na avaliação de Raphael Figueredo, estrategista de ações da XP, a Bolsa também tem variado em torno da inexistência de informações que possam balizar as expectativas para os indicadores. Isso só será possível, afirma ele, quando forem apresentadas medidas concretas para domar a trajetória crescente da relação dívida/**PIB**, que subiu 11 pontos percentuais nos últimos quatro anos e alcançou 82,9% em setembro:

- Ainda não há respostas sobre quem vai conduzir a Fazenda e o Planejamento, e como serão discutidas as novas âncoras fiscais no detalhe. À medida que o mercado tomar conhecimento desse quadro, a gente vai entender o direcionamento.

ATADOFED

Figueredo vê a previsão de aperto monetário nos EUA como "limitador de fluxo para emergentes", o que ajuda a pressionar a Bolsa. Ontem, a divulgação da ata da última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) mostrou que os dirigentes da autoridade monetária dos EUA estão alinhados em levar a **inflação** anual dos atuais 3,7% para a meta de 2%, não alcançada desde 2021, e provavelmente elevarão os juros nos próximos meses.

De acordo coma plataforma FedWatch, os agentes financeiros dão como certo que o Fed fará dois apertos seguidos, em dezembro e janeiro. Além disso, cresceram as chances de um terceiro aumento, em março do ano que vem. Altas no juro americano fortalecem o dólar pois tendem a migrar o apetite do capital global para os EUA. O DXY, índice que compara amoeda americana frente aseis divisas de economias fortes, atingiu ontem o maior valor desde1º de abril do ano passado.

Nas Bolsas dos EUA, o Nasdaq fechou em alta de 0,42%; o Dow Jones recuou 1,11%; e o S P 500 cedeu 0,23%.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Brasil e Noruega miram estreitar laços

A entrada em vigor do acordo de livre comércio entre Brasil e Noruega, em Io de novembro, no âmbito do tratado entre Merco-sul e Associação Européia de Livre Comércio (Efta), bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, elevou a expectativa de ampliar trocas, investimentos c cooperação tecnológica, segundo representantes dos dois governos. Entre os setores que se beneficiarão cstào energia, indústria, infraestrutura, agronegócio, têxtil e marítimo.

Durante seminário promovido no Rio pelo Consulado-Geral da Noruega, Innovation Norway e Embaixada da Noruega, nesta quarta-feira (18) representantes dos dois países defenderam que os ganhos váo além da redução de tarifas, ao estabelecer regras permanentes para facilitar o comércio, reduzir barreiras regulatórias e au-

mentar a previsibilidade para investimentos. Para o cônsul-geral da Noruega no Rio, Trond Gabriel-sen, o acordo se destaca em um momento de incerteza nas relações comerciais internacionais.

"Esperamos que fortaleça os já estreitos laços econômicos entre Noruega e Brasil, criando novas oportunidades para ambas as partes. Para as empresas, significará menos barreiras, regras mais claras e melhores condições para comércio e investimentos, oferecendo previsibilidade em um mundo cada vez mais imprevisível", afirmou. Segundo ele, o Brasil já é o principal parceiro comercial da Noruega na América Latina e o quinto destino dos investimentos noruegueses.

Gabriclscn destacou ainda que ao menos 50% das exportações norueguesas passam a contar com tarifa zero imediatamente, percentual que chegará a 99,6% ao fim do período de transição. Do lado brasileiro, a abertura será

mais gradual: 22,5% do valor importado da Noruega têm desgra-vação imediata, cerca de metade (49,8%) terá tarifa zero em até quatro anos, e o restante em prazos de oito a 15 anos.

A diretora do departamento de negociações internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Ana Cláudia Takatsu, afirmou que o tratado inaugura uma nova etapa da relação bilateral ao criar uma estrutura permanente de cooperação entre os governos.

"Não negociamos apenas tarifas. Criamos mecanismos permanentes para tratar questões regulatórias, facilitar o comércio e melhorar continuamente o ambiente de negócios. Isso permite resolver entraves de forma mais ágil e dá previsibilidade às empresas. O acordo também deve gerar crescimento do **PIB**, dos investimentos, das exportações e importações, além de impactos

positivos sobre salários e preços ao consumidor", disse.

Ela destacou ainda que este é o primeiro acordo comercial do Mercosul a incluir um capítulo específico sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Segundo Takatsu, o texto prevê compromissos para evitar a flexibilização de normas ambientais e trabalhistas como forma de atrair investimentos, reforça obrigações internacionais nas áreas ambiental e social e preserva a autonomia regulatória dos países para adotar novas medidas, inclusive relacionadas à descarbonizaçào.

O diretor da Innovation Norway para a América Latina, Thomas Granli, disse que os principais benefícios para as empresas estarão na redução de custos c riscos das operações internacionais. "A redução tarifária é importante, mas talvez ainda mais relevante seja a diminuição das barreiras técnicas, a simplificação de certificações, a maior segurança jurídica e a previ-

sibilidade. Para quem exporta e importa, não se trata apenas de custo, mas de reduzir riscos, atrasos e incertezas nas operações." Segundo Granli, o acordo deve impulsionar especialmente fornecedores noruegueses de equipamentos marítimos, motores, turbinas, sensores, baterias, robótica, eletrônicos, soluções para infraestrutura energética e tratamento de água, além de serviços digitais. Do lado brasileiro, o tratado amplia oportunidades para produtos agropecuários e industriais, como vestuário e têxteis confeccionados, carnes bovina, suína e de aves, milho, farelo de soja, mel, café torrado, frutas, sucos, além de máquinas e medicamentos. Do outro lado, o acordo Mercosul-Efta envolve Brasil, Argentina, Paraguai c Uruguai. Para o Brasil, as regras começaram a valer com a Islândia em Io de outubro de 2026 e na sequência com a Noruega. Suíça e Liechtenstein ainda dependem de etapas internas para a entrada em

"Acordo oferece previsibilidade em mundo cada vez mais imprevisível" Trond Gabrielsen

vigor. O acordo abrange um mercado de aproximadamente 290 milhões de consumidores, com **PIB** combinado de US$ 4,3 trilhões, e, segundo o governo brasileiro, busca ampliar o acesso aos mercados europeus em um contexto de avanço do protecionismo global.

Governo Lula avalia integrar Direitos Humanos ao Ministério da Justiça em novo desenho da Esplanada

Jeniffer Gularte

Em meio às discussões sobre o desenho da Esplanada dos Ministério do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, auxiliares do presidente avaliam a possibilidade de incorporar a área de Direitos Humanos ao Ministério da Justiça, numa tentativa de evitar o esvaziamento da pasta, que perderá atribuições com a criação do Ministério da Segurança Pública, promessa eleitoral do petista.

As conversas também incluem outras alterações, como a fusão dos ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos em uma única estrutura, cenário que esbarra em resistências do Centrão.

Durante a transição de governo, no fim de 2022, Lula criou o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, chefiado por Silvio Almeida, que deixou o cargo em setembro de 2024 após denúncias de assédio sexual. Ele foi substituído por Macaé Evaristo, que abriu mão da função para disputar uma vaga de deputada estadual em Minas Gerais. A atual ministra é Janine Mello. Se efetivar a mudança, Lula adotaria o modelo anterior a 2003.

A eventual incorporação dos Direitos Humanos à Justiça seria uma forma de compensar parte da perda de atribuições e evitar que a estrutura ministerial fique excessivamente reduzida.

Na nova configuração, o Ministério da Justiça deverá passar por uma redução de sua estrutura e preservar pelo menos três das atuais oito áreas: a Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (Saj) e a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL). Apesar da desidratação administrativa, Lula quer que a pasta mantenha influência política relevante, já que terá peso na indicação de nomes para tribunais e cortes superiores.

No caso da Justiça, a mudança também está relacionada ao papel que o ministério deverá assumir na condução de uma das principais promessas de campanha de Lula: a reforma do Judiciário. Diante da crise no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente pretende colocar a pasta à frente das discussões sobre mudanças no funcionamento do sistema de Justiça e na composição das instituições.

O desgaste provocado pela tensão entre ministros do Supremo atingiu a imagem de Lula durante o primeiro turno da campanha e levou o presidente a modular seu discurso sobre o Judiciário. Em diferentes ocasiões, ele passou a defender alterações nas regras de funcionamento da Corte, chegando a mencionar a possibilidade de estabelecer mandatos para ministros do STF e de criar um conselho responsável por discutir critérios para a escolha dos integrantes do tribunal.

Para chefiar o novo Ministério da Justiça, Lula busca um novo Márcio Thomaz Bastos para a pasta, em referência ao titular do cargo entre 2003 e 2007. Lula busca um nome que tenha bom trânsito entre ministros do Supremo e dê peso institucional à pasta.

Outra mudança em análise é a criação de um superministério da Infraestrutura, reunindo Transportes e Portos e Aeroportos. O ex-ministro da Casa Civil e senador eleito Rui Costa (PT-BA) aparece como favorito para comandar a estrutura, caso a fusão avance.

A proposta de unificar as áreas, no entanto, enfrenta resistência do Centrão e dentro do governo. Auxiliares admitem que o modelo retira uma vaga para Lula entregar a partidos aliados e lembram que o Ministério de Portos e Aeroportos foi criado de última hora em dezembro de 2022, pouco antes da posse, para acomodar Márcio França (PSB). Na primeira **reforma ministerial** do governo, em setembro de 2023, França foi substituído por Silvio Costa Filho, em um movimento que marcou a entrada do Republicanos na base do governo.

Ex-integrantes do governo ligados a siglas do Centrão veem cenário difícil para a fusão e têm reunido dados para mostrar que Transportes e Portos têm mais eficiência e ampliaram as entregas de concessões atuando de forma independente. Esse grupo aponta que é possíveldar mais visibilidade às áreas com as estruturas separadas, além da necessidade de distribuição de pastas para a construção de base no

Congresso.

Nas negociações sobre o tamanho e as atribuições de cada pasta, também está em discussão a possibilidade de criação de uma estrutura voltada à comunicação digital. Seria um espaço que reuniria secretarias vinculadas hoje a outras pastas, permitindo a Lula uma atuação mais forte nas redes sociais.

Pelo plano em discussão, o ministério teria autonomia em relação à pasta de Comunicação Social (Secom). A nova estrutura herdaria a Secretaria de Direitos Digitais, atualmente no Ministério da Justiça e Segurança Pública, e as secretarias de Políticas Digitais e de Estratégias e Redes, vinculadas à própria Secom.

No rol de novas estruturas, Lula também considera a possibilidade de criar um ministério ou uma secretaria que tenha status de ministério voltada a políticas públicas para idosos. Lula defende a ampliação do atendimento domiciliar a idosos com limitações funcionais e a expansão da rede de serviços voltados à promoção do envelhecimento saudável.

Hoje, os programas de cuidados aos idosos não possuem uma pasta única e são descentralizados na Esplanada. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania abriga a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; o Ministério da Saúde é responsável pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é responsável pela gestão da Assistência Social e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Como mostrou o colunista Fábio Graner, o governo também discute a criação de uma secretaria especial vinculada à Presidência da República e com status de ministério, com a missão de articular investimentos estratégicos em áreas consideradas promissoras para o futuro da economia, como minerais críticos, data centers e transformação ecológica. A ideia é que a estrutura fique sob o comando do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad, derrotado na disputa pelo governo de São Paulo.

Site:
https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/11/19/governo-lula-avalia-integrar-direitos-humanos-ao-ministerio-da-justica-em-novo-desenho-da-esplanada.ghtml